

===== **ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM TRINTA DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE:** =====

===== *Aos trinta dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze, pelas dezasseis horas e trinta minutos na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Primeiro Secretário e **Helga Alexandra Freire Correia** – Segunda Secretária e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Mapa anual de pessoal para 2014 - Aprovação;* =====

===== **Ponto dois:** *Documentos previsionais – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014 – Aprovação;* =====

===== **Ponto três:** *Autorização de contratação de empréstimo de curto prazo para o ano económico 2014;* =====

===== **Ponto quatro:** *Contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Real Clube Nogueirense – Autorização.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel Alves da Costa Rosa, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, José Francisco Brandão Oliveira, José Domingos Campos da Silva, Carlos Manuel Costa Gomes, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, António Castro Alves da Cruz, Nuno Ricardo Fernandes Pires, Maria Helena Soares de Oliveira Lestre, António Manuel Fernandes Aguiar, André Lourenço Pereira Ribeiro, José Rodrigues Santos e Carlos Manuel Pinho e Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):***Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Bruno Armando Aragão Henriques, Rosa Maria Rodrigues, Manuel José Tavares Soares, José António Domingues Marques Lourenço, Ana Sofia Ferreira Pinho, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, João Pedro Ribeiro, Pedro Luís Paiva Dias, Nuno Miguel Soares de Jesus, Cristina Maria Valente de Pinho, António Marques Silva, Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Bernardo Amaro Moreira Simões, Simão da Costa Godinho, Armindo Fernando Martins Nunes e Agostinho Tavares.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** António Pinto Moreira, Jorge Paulo de Melo Pereira e Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva. =====

===== **Independente:** Augusto Moreira. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: Rosa Maria Rodrigues, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Helena Maria Dinis dos Santos e João Pedro Ribeiro, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Ana Raquel Simões Teixeira, em virtude das mesmas terem solicitado a sua substituição =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando: =====

===== Bem-vindos a mais uma sessão da Assembleia Municipal. Esta é uma sessão Extraordinária, como tal não temos período de “Antes da Ordem do Dia”. Iniciando já esta Assembleia pelo período da “Ordem do Dia”: =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **Ponto um:** Mapa anual de pessoal para 2014 - Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As necessidades previsionais de pessoal para 2014, manifestada pelos Serviços/Secções/Divisões/Departamentos, em cumprimento do n.º1 do art.º 4º da Lei 12-A/08, de 28 de fevereiro (e posteriores alterações), adaptada à Administração Autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/09, de 3 de setembro (e posteriores alterações); - Que a LVCR veio estabelecer, entre outros, novos princípios e orientações no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos mapas de pessoal, entre os quais a anuidade do mapa de pessoal, que deve obrigatoriamente, acompanhar a proposta de orçamento (art.ºs 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 49º e 117º, n.ºs 7 e 8 da LVCR), conjugado com o art.º 3º do citado Decreto-Lei n.º 209/09); - Que o mapa de pessoal compreende a totalidade dos postos de trabalho necessários a desenvolver as atividades previstas no Plano de Atividades, que são caracterizadas em função das atribuições/competências ou atividades que o seu ocupante se destina a cumprir/executar, do cargo ou da carreira que lhe corresponda e ainda dentro de cada carreira/categoria a área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular (art.º 5º da LVCR, conjugado com o art.º 3º do Decreto-Lei n.º 209/09, Decreto-

Lei n.º121/08, de 11 de julho e art.º 79º da Lei n.º 59/09, de 11 de setembro); - Que as verbas relativas a despesas de pessoal a inscrever no orçamento, deverão cobrir os encargos com remunerações e de acordo com deliberação específica para o efeito, poderão eventualmente prever verbas para fazer face a novos recrutamentos de pessoal e que as restantes situações (alteração de posicionamento remuneratório e Prémios de desempenho), estão vedadas pela LOE, dado consubstanciar-se em valorizações ou acréscimos remuneratórios, propõe-se: - A apresentação, para apreciação da Câmara Municipal, do mapa anual de pessoal e respetivos anexos, o qual representa e incorpora a previsão de pessoal que se estima ser necessário para 2014 (documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas,); - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da apresentação do orçamento municipal para 2014, nos termos do disposto nos art.ºs 4º e 5º da LVCR, conjugado com o art.º 3º do Decreto-Lei n.º209/09, e alínea o) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro; - Que posteriormente, se torne público, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, assim devendo permanecer, em cumprimento do determinado no n.º3 do art.º 5º da LVCR.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Aproveito para cumprimentar a Mesa, os Senhores Vereadores, os membros da Assembleia Municipal, comunicação social, público presente e funcionários da autarquia. Este ponto tem a ver com a questão do Mapa de Pessoal. É, normalmente, na última assembleia de cada ano civil que se aprova o Mapa de Pessoal para o ano seguinte. Como sabem este Mapa de Pessoal traduz as necessidades previsionais dos postos de trabalho que são manifestadas pelos serviços e que depois são analisadas pelo executivo. Mas, o estar inscrito no Mapa de Pessoal ou ser aprovado nesta Assembleia Municipal para o ano de 2014, tal como aconteceu nos anos anteriores, em nada significa seja feita essa mesma admissão de pessoal. Como sabem há um conjunto de limitações relativamente às questões do Pessoal, tem a ver com autorizações do Ministério das Finanças e outras regras que, neste momento, por imposição do programa de assistência, pela da presença da Troika em Portugal nos obriga. A título de exemplo, perceba-se: Faz hoje um ano, estávamos a aprovar a questão e nove recrutamentos e nenhum deles aconteceu a não ser uma alteração de uma chefia, nomeadamente, a chefia da divisão jurídica. E portanto, significa que esta aprovação do Mapa de Pessoal é, conforme também o documento que vamos discutir a seguir, previsional mas tem que ser inscrito no caso de haver necessidade e de ser possível de concretizar. Tem também aqui um número significativo se compararmos com todo mandato anterior, este número nunca esteve presente nem nunca foi colocado mas que tem a ver com o processo de internalização da Gedaz. Ou seja, nós estamos a falar de 25 profissionais da Gedaz que no processo de internalização o acordo de cedência que foi feito e portanto, nós temos de os contabilizar também em sede de

Mapa de Pessoal. Portanto, basicamente, o que nós estamos a fazer, é a inscrição no Mapa de Pessoal de 37 novos postos de trabalho: 25 da Gedaz e depois temos aqui também situações que têm a ver com assistentes operacionais: da equipa do SOS Cidade e dos asfaltos e também pessoal para dar apoio às escolas. E, basicamente, Senhor Presidente são estas as alterações que propomos e que queremos e desejamos que sejam aprovadas em sede de Assembleia Municipal, depois de já terem sido aprovadas também em sede de Executivo Municipal. Muito obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de, Carlos Afonso e Bruno Aragão, do PS; António Pinto Moreira e Jorge Melo, do CDS/PP e António Rosa, do PSD. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Carlos Afonso, do PS. =====

===== Boa tarde, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, senhores funcionários municipais, público, comunicação social. Ao analisarmos o Mapa de Pessoal para 2014, conforme obriga a Lei de Vínculos Carreiras e Remunerações, verificamos que esta Câmara Municipal tem 510 lugares ocupados e para o ano de 2014 propõe-se a contratar mais 46 funcionários, para os seus quadros, correspondendo ao número de lugares a preencher numa lógica de necessidades previsionais. Desses 46 novos lugares, mais de metade destinam-se a ex-funcionários da Gedaz. Obviamente que nada nos move contra os ex-funcionários da Gedaz, os quais nos merece o maior respeito como merece todo e qualquer trabalhador que vive dos rendimentos do seu trabalho. Discordamos, é da forma como este processo foi conduzido pela Autarquia. A começar pela comissão que foi constituída para avaliar as necessidades de reintegração de todos os funcionários, que é composta pelos próprios interessados, ou seja, Câmara Municipal e Gedaz. Quando, em nossa opinião, essa análise deveria ter sido feita por uma comissão independente assegurando assim total transparência e isenção no processo. Entendemos que era possível racionalizar alguns funcionários que sendo necessários na Gedaz veriam em resultado desse processo de extinção, decido por este Governo, as suas funções serem asseguradas nos atuais serviços e quadro de pessoal da autarquia, bem como dos serviços que eram prestados anteriormente pela Gedaz. Esta é a nossa convicção suportada naquilo que é normal num processo de fusão ou reintegração, ou seja: que se proceda a uma racionalização dos meios, sejam a nível dos equipamentos, das instalações e também ao nível dos recursos humanos. Apesar de nos ter sido assegurado que o que se estava a fazer era o cumprimento de uma mera formalidade legal e que de forma alguma isso significava que todos os funcionários seriam integrados. Práticas passadas e até práticas recentes, não nos tranquilizam. Como é o caso, por exemplo, mau exemplo - diga-se: O caso do funcionário que havia rescindido o contrato com a

Câmara, para integrar os quadros da Gedaz e que, agora, volta a entrar, via Gedaz, para a Câmara mas com um vencimento substancialmente superior. Assim, numa lógica de coerência com a posição tomada na Assembleia Municipal de 29 de agosto de 2013, o PS, votará contra este Mapa de Pessoal para 2014, por entender que dele só deviam constar os colaboradores que efetivamente são necessários e indispensáveis. Votamos hoje, como votamos no passado, de forma livre e imunes a quaisquer tipo de pressões ou constrangimentos, estejam ou não os funcionários presentes nesta sala, porque estaremos aqui sempre para defender o interesse público. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Jorge Melo, do CDS/PP. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, permita-me que cumprimente a Mesa e todos os restantes aqui presentes. O Mapa de Pessoal com as atividades a desenvolver pela autarquia, atividades essas propostas pelo plano de atividades. Sabemos também do peso orçamental elevado que os recursos humanos representam para as contas da autarquia. Após, uma análise minuciosa ao Mapa anual de Pessoal aqui proposto, verificamos uma tendência gradual no reflexo do aumento do efetivo. O CDS/PP afirmou, na sua tomada de posse desta Assembleia, que iria ser uma oposição responsável e com responsabilidades assumidas. Interrogamos assim, o Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, sobre os seguintes pontos: No Mapa de Pessoal apresentado, não verificamos lugares disponibilizar. Temos, ou não, lugares a vagar? Gostaríamos também saber qual é o efetivo total de 2013 e qual vai ser o efetivo para 2014? Ou por outras palavras, qual é o aumento líquido de efetivos que nos é proposto por este Mapa de Pessoal? Na conjuntura atual, não vemos com bons olhos, medidas que levem a aumento da despesa corrente. Por outro lado, se a Câmara entende que necessita deste quadro de efetivos para um bom desempenho das atividades municipais, também não temos dificuldades em dar o benefício da dúvida desejando que o executivo seja capaz de uma gestão eficiente e rigorosa dos seus recursos humanos. Ponderadas estas duas razões, anteriormente, optaremos pela abstenção. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, caros colegas, caros Presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores. Ao longo dos últimos anos a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis realizou um conjunto significativo de investimentos, que conferiram a todos os Oliveirenses em diversas áreas um acesso a produtos e serviços até então desejados e correspondente elevação na sua qualidade de vida. Exemplo disso: esta mesma Biblioteca

Municipal Ferreira de Castro; a Ludoteca; o Arquivo Municipal; as Piscinas Municipais; o Pavilhão Municipal; a rede de Polidesportivos espalhados pelo concelho; o próprio Cine-teatro Caracas e a Galeria Tomás Costa. Todos estes equipamentos são hoje uma realidade, funcionam, e servem um número que se quer cada vez mais abrangente de Oliveirenses e famílias. O funcionamento destes espaços, um funcionamento preparado e de qualidade, requer competências e, requer, acima de tudo, pessoas que acolham e apoiem com competência as pessoas que deles usufruem. A área da gestão de equipamentos desportivos foi, até á uns meses, assegurada pela Gedaz. Como decidimos, nesta Assembleia, esse modelo foi entretanto reestruturado em consequência da reorientação legislativa levada a efeito no contexto nacional. Esta gestão de equipamentos foi internalizada na alçada direta do município, passando a estar em pé de igualdade com o restante dos equipamentos da responsabilidade da autarquia. Dito isto, importa assinalar, a responsabilidade de gestão e sobretudo, a arte e o engenho com que a Câmara Municipal tem gerido os recursos humanos ao serviço da autarquia. Se olharmos objetivamente para os números, indo de encontro aquilo que o deputado do CDS há pouco referia, se olharmos para a frieza dos números, verificamos que ao longo deste mesmo período, foi, por um lado, assegurado o funcionamento pleno deste número crescente de equipamentos e por outro lado, foi sempre reduzido todos os anos sem interrupções o número de colaboradores ao serviço do município. Entre 2006 e 2012, o número total de colaboradores, desceu de 632 para 567 colaboradores. Isto é, foi reduzido em mais de 10%, o número de colaboradores ao serviço da autarquia, concretamente 65 colaboradores que foram reduzidos ao longo deste período. Com a consequente redução na fatia do orçamento dedicado ao funcionamento da autarquia. O atual cenário da internalização da gestão dos equipamentos desportivos municipais na estrutura da autarquia implica a natural revisão das métricas, mas não incorpora em si qualquer redução na exigência e nas necessidades em assegura um serviço técnico e competente à altura dos patamares de qualidade para que os mesmos foram criados e a que os Oliveirenses legitimamente aspiram. Assim, a estrutura do Mapa de Pessoal que nos é submetida a aprovação incorpora este cenário e merece portanto a nossa concordância na certeza de que a Câmara Municipal prosseguirá a sua postura de responsabilidade e de rigor, mas também de sensibilidade e bom senso na gestão das pessoas que diariamente servem a autarquia. O tema, aqui trazido, da eventual discordância, relativamente às opções da Câmara Municipal, relativamente aos novos colaboradores da Câmara Municipal é uma discussão já tida num outro cenário e num outro tempo. No entanto, a persistência nos argumentos levamos a perguntar se é possível racionar, como é aqui referido pelo Partido Socialista, os funcionários ao serviço das estruturas municipais desportivas. Se calhar, seria interessante, percebermos: Quais? São concretos? São pessoas? São funções? Ajudem-nos, com a vossa perspectiva dizendo, então, quais aquelas que são sobranes, as que são desnecessárias, as que são redundantes e que podem ser dispensadas do serviço dos Oliveirenses e destes equipamentos. Muito obrigado.=====

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====*

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Só para dar alguns esclarecimentos, para que nós possamos falar objetivamente, até porque estamos a falar de números e de pessoas. Significa o seguinte: Quando estamos a falar do novo Mapa de Pessoal, de acordo com aquilo que está na nossa ordem de trabalhos, e falamos de novos recrutamentos nós não estamos a falar de 46 estamos a falar de 37. Porque, a diferença de 46 para 37, tem a ver com as que estão de licença, com as que estão em outras funções, portanto não é líquido, temos de ser objetivos, não é líquido que isso signifique que essas 9 pessoas possam voltar todas ao mesmo tempo. Portanto estamos a falar, aquilo que está previsto, 37. Conforme também já foi aqui explicado, todos os anos é explicado mas, eu volto a explicar, aquilo que está inscrito no Mapa de Pessoal, não significa que se concretize em termos efetivos, ou seja, é uma previsão, tem que estar inscrito no Mapa de Pessoal. Aliás, o histórico é nos largamente favorável, tendo em conta as inscrições que estão no Mapa de Pessoal e, depois, a não execução ou a não entrada desses mesmos funcionários. Acresce que, este ano, temos um dado novo que é consequência de todo o processo que, já foi bastante discutido em sede de Assembleia Municipal e que acho que não vale a pena voltar a ser discutido, tem a ver com internalização dos funcionários da Gedaz. Estamos a falar de 24 e portanto, que passam também a constar do Mapa de Pessoal mantendo tudo aquilo que a Câmara Municipal tinha dito aquando do processo de internalização e do acordo de cedência que é, nada garante a possibilidade de se alterarem, por exemplo, as regras de admissão. Hoje sabemos que temos que pedir autorização à Senhora Ministra das Finanças. E portanto, nós inclusive fizemos um pedido de esclarecimento, e ainda não obtivemos resposta, à Senhora Ministra das Finanças e ao Senhor Ministro que tutela a Administração Local, que se prende se estes processos concursais de acordo de cedência e de processo de internalização das empresas municipais se obriga ou não a visto prévio ou a autorização prévia por parte do Ministério das Finanças. Ainda não obtivemos resposta. Portanto há um conjunto de pressupostos que estão em cima da mesa e que, naturalmente, nada neste momento nos diz que toda esta questão previsionial vai ser concretizada. Como eu disse, o histórico joga e muito, mas, muito mesmo, a nosso favor. A questão concreta que o Senhor Deputado Jorge Melo Pereira colocou. Dizer-lhe que, nós temos vindo a fazer, ao longo dos últimos anos, uma redução efetiva do número de trabalhadores da Câmara Municipal e portanto posso-lhe dizer que: em 2011, tínhamos 556; em 2012 - 532 e em 2013 - 517 a estes, 517, acresce os 24 da Gedaz. Ou seja, se não tivesse havido a extinção da empresa municipal nós mantínhamos claramente esta lógica de reduzir o número do pessoal. Como sabem há imposições legais nesta matéria e temos que cumprir naturalmente com a legislação no número de funcionários e é isso que temos vindo a fazer. Nós não temos admitido funcionários. Não temos aberto concursos. E temos naturalmente ajustado tendo em conta as necessidades de acordo com os funcionários e os recursos humanos que temos disponíveis. Posso-lhe dizer que, neste momento, nós não temos nenhuma indicação*

relativamente ao desfecho desta situação, nós temos 26 funcionários à espera que a Caixa Geral de Aposentações diga alguma coisa. E portanto têm pedidos de funcionários que, pediram a reforma, pediram a aposentação e não foi validade e portanto nós estamos também com essa situação e não os podemos mandar embora. Mas, a ideia é, a substituição desses funcionários é feita pela prata da casa, ou seja, não há aquisição para fazer face às saídas. Dizer-lhe que esta lógica, de reduzir o número de funcionários da Câmara Municipal, mantém-se e é isso que temos feito. Deixem-me também, já agora, introduzir um dado novo que é uma situação que ainda não está definida, mas que naturalmente vai ter implicações no quadro de pessoal, que se prende o processo de concessão das águas, tem a ver com o processo da Indaqua. Ou seja, neste momento, a Indaqua fez um levantamento dos funcionários que estão afetos ao setor das águas, fez entrevistas individuais, há, pessoas, funcionárias e funcionários da Câmara Municipal que manifestaram vontade em fazer parte da empresa concessionária e há outros que não. Portanto, o processo neste momento não está concluído e também aí vai ter implicações no Mapa de Pessoal. Porque, aqueles que saírem, serão também funcionários que vão deixar de ser encargo para a Câmara Municipal, passando para a Indaqua. Sabendo nós, que, a qualquer momento, eles podem regressar à Câmara Municipal, tendo em conta o acordo de cedência. Nestes casos também está a ser negociado e discutido com os sindicatos. Portanto, nós estamos aqui, como sempre estivemos, neste ponto da ordem de trabalhos, numa questão previsional que tem que estar inscrita para depois no caso de ser necessário nós podermos atuar. Mas, nada indica que, e como eu digo, o histórico é a nosso favor, o estar inscrito no Mapa de Pessoal signifique admissão durante o ano de 2014. Julgo que, de alguma forma, também já respondi à questão que foi colocada pelo Senhor Deputado Jorge Melo Pereira e o esclarecimento que ele solicitou. Quanto à intervenção do Senhor Deputado António Rosa. Vou-lhe dar nota que, este esforço de gestão de recursos humanos apertado vai-se manter e portanto, nós vamos continuar a fazer esse trabalho e vamos procurar sempre reduzir o número de funcionários da Câmara Municipal, tendo em conta a otimização dos recursos e uma boa gestão de recursos humanos.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Boa tarde a todos, sintam-se cumprimentados e aproveito para desejar um bom ano ao concelho de Oliveira de Azeméis e a cada um, em particular. Pegando nas palavras do Senhor Presidente, estamos aqui como sempre estivemos a discutir a questão central e a questão central é que há anos que a questão do Pessoal e o custo que isto representa em termos de estrutura é discutido e essa é que é a questão. Continuamos a ter, na estrutura municipal e depois com reflexo no orçamento que discutiremos, uma fatia substancial que nunca conseguimos, enfim, reduzir. Mas, enfim, fazer uma nota positiva, de facto, depois do esforço dos últimos tempos começamos a falar de números e a falar de uma forma mais correta. Efetivamente, tivemos de 2006 a 2007 uma redução de 682 para 567, falta agora o esforço

complementar a dizer porque é que houve esta redução. E não teve rigorosamente nada a ver com esse esforço apertado que, sobejamente, é referido. Tem simplesmente a ver com: Sai, uma pessoa, não pode entrar; Ou pela regra de dois – saem dois, entra um. É isto que tem acontecido. Novas admissões são excecionais e só permitidas ou só autorizadas pelo Ministério das Finanças e como sabem - são excecionais. Mas vamos à questão que realmente importa. De facto, já discutimos aqui a questão da Gedaz ou da internalização dos funcionários da Gedaz. E discutimos aqui a questão novamente por uma questão muito simples, é que agora é que ela aparece refletida. E portanto, se é agora que ela aparece refletida, se é agora que vamos fazer esse esforço, é novamente a hora de discutir este conjunto de opções. E este conjunto de opções é deste executivo. Disso não tenham dúvida. Aliás, respondendo às suas questões, fizemos questão de no momento certo dizer como é deveria ser esse processo. Acho alguma graça a este discurso de vitimização, enfim, que tem sido introduzido neste mandato e que vai dizendo: - Não. - Os Senhores digam quais são. – Quias são as funções. – Quais são as pessoas. Nós dissemos isto, na hora e de uma forma muito simples: - Avalie-se de forma isenta que funcionários é que são necessários. – Que funções é que são necessárias assegurar. E, a partir daí, então, internalizemos as pessoas que são precisas não internalizemos as outras. Esta sempre foi a questão. E acho que, enfim, no discurso sobre a questão do pessoal, que depois vai ser extensível naturalmente porque o argumento é o mesmo e é redundante, à questão do orçamento, os Senhores têm que ser um bocadinho mais substanciais a dizer onde é que está o vosso rigor, porque eu tenho uma dificuldade terrível em perceber. Onde é que está? Digam assim: O rigor que nós introduzimos está nesta medida, nesta medida e nesta medida. Porque eu consigo dizer um conjunto de outras, em que não tem nada a ver com o vosso rigor. Dizer assim: “Meus Senhores, vamos internalizar um conjunto de funcionários, porque resolvemos reestruturar uma empresa municipal ou reestruturar o tipo de gestão que defendemos”, - foi a expressão que utilizou. Não foi nada disso que aconteceu. Nós não resolvemos nada, nós tivemos que encerrar a Gedaz (ponto). Não, é verdade. Nós tivemos que encerrar a Gedaz. Encerramos a Gedaz e os equipamentos, naturalmente, como sempre dissemos, vão continuar a ser geridos e os serviços assegurados. A questão também nunca foi essa. Não douremos a pilula. Nós tivemos que encerrar a Gedaz mas, podemos recuar um bocadinho atrás, sempre dissemos que não era a nossa opção fazer isso. E os Senhores disseram: - “Lá estão vocês, sempre contra.” Continuamos: Pomos a Gedaz a funcionar. Sempre alertamos para os problemas da empresa. – “Lá estão os Senhores sempre contra.” Temos que encerrar a Gedaz. – “Lá estão os Senhores, estão sempre contra.” E afinal, não temos que encerrar, foi uma reestruturação. Não é verdade. E o problema da gestão e quando alertamos para essas coisas, é que mais cedo ou mais tarde vão aparecer refletidos: seja, nos orçamentos; seja, nas contas; seja, na gestão diária do município. Foi sempre isto que aconteceu. E é preciso dizer isto, olhos nos olhos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Carlos Afonso, do PS. =====

===== *Senhor Presidente, se conseguisse dar-me uma ideia, os ex-funcionários da Gedaz que, eventualmente, entrarem para o quadro do município, que tipo de remuneração é que vão receber? Se é aquela que recebiam na Gedaz, se eventualmente outra?* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente apenas, telegraficamente. A substancia, de facto, desta discussão, são as pessoas, acontece e é relevante hoje porque existem equipamentos que foram executados, que estão a serviço das pessoas, que estão ao serviço dos oliveirenses e que, por isso, têm de ser geridos. De outra forma: porque há Piscinas Municipais; porque há Pavilhão Municipal; porque há um conjunto de estruturas de desporto para a prática desportiva, um conjunto de iniciativas no nosso concelho é que estamos a discutir este tema. E isto é que eu acho que é a essência. É aquela coisa, que muitas vezes se ouve aqui no discurso, porque supostamente não existe, não existe obra, não existem investimento e portanto, é por isso que estamos aqui a discutir as pessoas. Eu acho curioso, e acho, enfim, surpreendente, na minha perspectiva estarei errado com certeza, mas que do ponto de vista de gestão se questione quem melhor do que a Câmara Municipal para apurar, definir, e decidir sobre quais são as competências de que necessita para gerir os seus equipamentos. Mas, deveria perguntar a quem? Quem é que deveria ser essa unidade, supostamente, isenta, que iria dizer à Câmara Municipal como é que deveria colocar os seus equipamentos ao serviço? Eu, honestamente, este discurso, também aqui, de que a Gedaz foi mais uma machadada, foi mais um não sei quê. Peço-vos que me desculpem mas, isto faz-me lembrar uma imagem, este Partido Socialista de Oliveira de Azeméis faz-me recordar uma imagem daquele relógio parado. Mas sabem que o relógio parado dá a hora certa uma vez por dia também e às vezes coincide e chega aquela hora e a hora está certa, simplesmente não deixa de ser um relógio parado. E eu creio que essa postura sinceramente não engrandece e não favorece em nada Oliveira de Azeméis.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal, voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.* =====

===== *Senhor Presidente não me querendo intrometer na condução dos trabalhos, o Senhor Deputado Bruno Aragão já pediu outra vez a palavra, eu se calhar ouvia o que ele queria dizer sobre esta questão do relógio e depois respondia no fim. Estão a ser ditas um conjunto de coisas que não são corretas e era bom que as pessoas pudessem ser um bocadinho mais objetivas. Porque eu já agora gostava de saber, já que o Senhor Deputado Bruno Aragão pediu a palavra, se ele sabe quantos funcionários é que tem a Câmara? Ele acabou de dizer que era favorável a despedimentos na Câmara, eu não sei como é que ele os consegue fazer? Ninguém consegue despedir ninguém da Administração Pública a não ser de acordo com*

rescisão por mútuo acordo e não há outra lógica de o fazer. E o Senhor Deputado Bruno Aragão podia-me ajudar e dizer quantos funcionários da Câmara Municipal é que quer despedir? Já agora, só para eu saber. E quais é que são? Já que vai falar. Eu depois ficava para o fim para dar os esclarecimentos ao Senhor Deputado Carlos Afonso. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. E fazer desde já uma interpolação á Mesa. Na última Assembleia Municipal tivemos a oportunidade de votar um voto, passe a redundância, sobre a importância das questões democráticas. Queira o Senhor Presidente explicar ao Senhor Presidente de Câmara que, aqui ninguém está de serviço, fomos eleitos e estamos aqui para discutir todas as questões pertinentes para o Município. Essa é que é a questão (ponto final). E agradecia Senhor Presidente que pudesse, naturalmente, dar a palavra ao Senhor Presidente de Câmara porque se ele disse que há um conjunto de coisas que foram ditas erradamente. Nós gostaríamos de saber quais são e a partir daí, se for o caso, pedirmos desculpas pelo erro. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal, voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Naturalmente que no respeito restrito pelas questões éticas, mas também percebo que a política e quando estamos dentro da argumentação política temos que estar preparados, e eu ao longo da minha vida sempre estive preparado para saber lidar com as críticas. Há, infelizmente, se calhar, algumas pessoas que têm uma dificuldade imensa em saber lidar com as críticas. E depois, deixem-me dizer-vos também que, não querendo melindrar ninguém que, às vezes é bom que se faça uma reflexão interna dentro das nossas famílias e das nossas casas políticas, e quando eu digo família – família política, para depois bater a bota com a perdigota. Porque, nós não podemos estar aqui a ver da mesma Bancada pessoas a pedir reafecção de funcionários e quero mais estes funcionários e mais estes funcionários e depois outros a vir dizer que há aqui funcionários a mais e que a Câmara não tem feito mais do que a sua obrigação e que devia era mandar mais gente embora. É assim, eu posso ter percebido mal. Oh Senhor Deputado José Lourenço ouça, mas eu também não tenho a sua inteligência. Portanto percebi mal e humildemente reconheço que percebi mal. O que eu ouvi o Senhor Deputado Bruno Aragão aqui dizer é que, a Câmara Municipal não tem feito mais do que cumprir as regas. O Senhor hoje pode dizer que nós não reduzimos o número de pessoal e eu já lhe expliquei porquê. Não reduzimos, porque temos que no Mapa de Previsional constar os 24 da Gedaz. Agora, reparem, eu pensei que o problema da Gedaz e a situação da Gedaz estava completamente ultrapassada, nós já tivemos aqui uma longíssima

discussão sobre a matéria. Pronto, percebi que não e portanto ela vai continuar e cá estaremos para que ela continue. Quanto às imprecisões: Uma delas, Senhor Deputado Bruno Aragão, eu vou voltar repetir o Senhor se calhar estava distraído. Quando se fala em 46, o número correto de novos recrutamentos são 37. Os 46 são aquelas pessoas que estão de licença sem vencimento, estão noutros locais e podem, a qualquer momento, pedir para regressar À Câmara Municipal e a Câmara Municipal tem que estar preparada para os receber. Portanto, foi uma. Ninguém tem que levar a mal. O número 46 existe, é verdade, são 37 mais 9 foi isso que disse e portanto peço desculpa se melindrei alguém relativamente a essa matéria. Quanto à questão da empresa municipal. Senhor Deputado Bruno Aragão, o Senhor que também é uma pessoa muito atenta e isso até interessante para todos nós que estamos na Assembleia Municipal, seguramente que o Senhor também sabe que há um conjunto de empresas municipais que foram mandadas fechar e que ainda não fecharam. Aliás, ainda recentemente no nosso distrito, uma empresa chamada MOVAVEIRO, em Aveiro, o Tribunal de Contas. Senhor Presidente, eu não sei se posso continuar ou não? Porque eu estou a dar o esclarecimento e como eles não são simpáticos as pessoas começam a fazer gestos e mexerem-se e eu não sei se é para continuar ou não? Eu quero dar os esclarecimentos todos e queria dá-los de forma calma e tranquila. Agora, as pessoas têm também que perceber que aqui não há nenhum exercício de vitimização. Há aqui uma opção política. Senhor Deputado Bruno Aragão, aqui ninguém se vitimiza. Aqui, como eu disse, há uma opção política de um acordo de cedência de um processo de internalização de uma empresa municipal que já foi aqui discutida, já foi aqui aprovada, já foi aqui bastante discutida e que agora volta por via do Mapa de Pessoal. Na minha opinião, não vamos aqui reabrir, nem ninguém se está a vitimizar. A empresa municipal fechou. Está fechada. Mas, já está mesmo fechada, fechou mesmo, ao contrário de outras em que o Governo mandou fechar e que as Câmaras e não só decidiram não fechar e que estão legais e que não estão a cumprir. Mas, isso é um problema dos outros. Nós também fechamos, encerramos, porque entendemos que era esse o caminho. Não é uma questão porque fomos obrigados. É verdade que Lei obrigou. Mas há muitas empresas que também foram obrigadas a fechar e que não fecharam. Quanto à questão concreta do Senhor Deputado Carlos Afonso, ela também já foi aqui explicada aquando do processo de discussão da internalização, naturalmente que os salários a auferir por parte destes funcionários no acordo de cedência é o salário das carreiras da Câmara Municipal e não o da empresa municipal. E como é óbvio, conforme eu também disse, julgo que até disse aqui na Assembleia Municipal, vai haver pessoas a serem admitidas, vai haver pessoas que vão ganhar mais e vai haver muitas outras pessoas a serem admitidas que vão ganhar muito menos do que o que ganhavam. Mas isso é uma explicação que foi dada a cada uma delas, em reunião pessoal e ninguém foi obrigada a assinar o acordo de cedência, assinaram e sabem quais são as regras do jogo, sabem que nenhuma tem o emprego garantido e sabem quanto é que vão ganhar no caso de serem admitidos, isso aí, é ponto assente, não há dúvida nenhuma e portanto, é, os salários de carreira, os salários que estão em vigor na administração pública para a Câmara Municipal e portanto não é o salário da Gedaz. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP.* =====

===== *Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, colegas, comunicação social. Esta questão relativamente à internalização do serviço e da Gedaz para nós não tem discussão nenhuma, está assumido e está assumido por nós e não o discutimos. E também compreendemos perfeitamente que a Câmara é que sabe, como deve gerir os seus recursos e que recursos é que necessita para um bom funcionamento. Mas, nós temos que entender, sempre, que, e aqui a dúvida, nos tempos atuais, de forte conjuntura e de recessão económica, gerir significa sempre fazer mais com menos. Essa é a questão. E a dúvida está: E agora vou ter que trazer aqui um ponto, que é o ponto seguinte, que é do orçamento: Onde é dito, que o aumento de despesas previsto para este ano vai ser 7,5%, para compensar a questão do subsídio de férias e a Caixa Geral da Aposentação. E aí, é que nós pusemo-nos a fazer contas: E se nós temos para este ano 2013 uma estimativa de encargos com pessoal de nove milhões e quatrocentos e cinquenta mil euros (9.450.000,00€), se aplicarmos os 7,5% daria dez milhões cento e cinquenta e oito mil euros (10.158.000,00€). E vocês têm orçamentado dez milhões trezentos e cinquenta e três mil euros (10.353.000,00€). Por isso é que eu pergunto: Há de facto aqui um inflacionamento das despesas com o pessoal, é assim ou não é assim? E por isso é que reconhecemos que a Câmara tem que gerir, tem que trabalhar bem, tem tudo aquilo que o Dr. António Rosa disse mas, por princípio, somos contra o aumento de despesa corrente.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *Obrigado, Senhor Presidente. Efetivamente, nós podemos ser um relógio que está só certo duas vezes por dia. Os senhores se fossem um relógio, certamente era um relógio atrasado, não só pelo timing das obras e porque nunca estão, sequer, corretos, nem duas vezes por dia. Senhor Presidente, vou ter o cuidado de lhe entregar pessoalmente a ata desta reunião. Em momento nenhum, vou repetir, em momento nenhum eu disse que era favorável a despedimentos de qualquer tipo. Se o Senhor percebeu mal, eu vou ter o cuidado não só de lhe entregar a ata como de o ajudar a ler, aquilo que eu disse. Em momento nenhum, eu disse que era favorável a despedimentos na função pública. O que eu disse foi uma coisa muito simples: - “A opção política do seu executivo, foi a internalização deste pessoal; Uma coisa que não tem nada a ver com a opção política sua, nem de rigor, nem de outra, é a redução que paulatinamente temos assistido nos últimos anos” -, tão simples quanto isto. Portanto, se quisermos ser corretos, dizemos aquilo que eu disse, que foi: - “Há muitos anos que discutimos o peso estrutural que têm os recursos humanos da Câmara Municipal; Há muito tempo que temos vindo a dizer que esta redução decorre da lei geral; E, no último ano, discutimos,*

aquando da internalização dos funcionários da Gedaz, as consequências naturais que isso também tem depois no quadro de pessoal da Câmara Municipal, - tão simples quanto isto. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal, voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Eu ia explicar essa questão das despesas com pessoal, no ponto seguinte da ordem de trabalhos, mas já agora que a questão foi colocada para não ficar sem resposta dar nota do seguinte. Nós, como sabem, por imposição do Tribunal Constitucional, fomos obrigados a pagar o subsídio de férias aos trabalhadores e todos os encargos associados e isso não estava previsto no orçamento do ano passado e por via dessa imposição do Tribunal Constitucional há, logo aqui, uma diferença. Há uma segunda diferença, que tem a ver já também para 2014, que tem a ver com a percentagem que é diretamente assacada à entidade patronal, nomeadamente na taxa para a Caixa geral de Aposentações. Ou seja, deixa de se pagar 20% para se passar a pagar 23,75%. Depois, há também esta questão que se prende com a internalização dos funcionários e com a verba prevista para os novos recrutamentos que não pode ser feita uma conta por doze meses porque em algumas situações nós estamos a fazer contas, por exemplo imagine que abre o processo concursal em fevereiro ou março de 2014 e ele só está concluído se calhar em novembro ou dezembro, portanto a verba disponível em sede orçamental é novembro e dezembro, quer para os processos da Gedaz nós não sabemos quando é que os concursos vão estar terminados e portanto a partir de que momento é que isso vai contar se há ou não novos recrutamentos e como disse com a variável também da questão da concessão das águas e dos funcionários que ficam e não ficam afetos à Câmara. Portanto, basicamente, as alterações prendem-se com isto. A questão da alteração da taxa de 20 para 23.75 e também a questão de que tínhamos de acautela da decisão do Tribunal Constitucional. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número um à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2014, com a seguinte votação: - Votos a favor - dezassete do PSD, três do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar (Independente); - Votos contra – dezoito do PS. =====

*===== **Ponto dois:** Documentos previsionais – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014 – Aprovação; =====*

===== Presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas, elaborados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Nós estamos a falar de um Orçamento que é, na nossa opinião naturalmente, um Orçamento realista e um Orçamento equilibrado. E é um Orçamento que se enquadra também naquilo que é o início do novo mandato autárquico. E, também, uma questão que julgo que é relevante que se prende com a mudança de ciclo em termos de fundos estruturais. Nós estamos a falar de terminar o QREN e de início de uma nova vaga de fundos estruturais que, segundo as indicações que temos o programa, se chamará Portugal 2020 e portanto, nós teremos de estar naturalmente preparados para, poder ,logo que o programa esteja em vigor e disponível para os municípios, podermos, naturalmente, apresentar as candidaturas nas diversas vertentes. O acordo de parceria ainda não está fechado. Sabemos que, vai haver programas operacionais regionais, vai haver programas operacionais temáticos, mas sabemos também que vai iniciar-se um novo paradigma em termos de fundos estruturais e temos que estar naturalmente preparados para isso. Esperemos e estamos certos que assim vai acontecer 2014 será um ano também do ponto de vista económico muito importante, é o ano em que Portugal recupera a sua autonomia e soberania financeira com a saída Troika e esperemos que aconteça dentro dos prazos previstos. E portanto, há que ter alguma prudência quando estamos a preparar aquele que é o nosso Orçamento e as grandes Opções do Plano para 2014. Temos de ter em atenção também a nova reorganização administrativa e a conseqüente agregação das freguesias será, naturalmente, desafio para todos nós. Eu continuo, coerentemente, a defender um processo de descentralização: de descentralização de competências; de descentralização de meios financeiros e de recursos financeiros e de descentralização de recursos humanos. Quero-vos dizer porque não gosto de mandar recados por ninguém, gosto de o dizer cara a cara. Dizer o seguinte: Fiquei surpreendido com a última votação, tendo em conta que estamos a falar de recursos humanos das Câmara Municipal e que há no mínimo cinco ou seis pessoas nessa bancada que permanentemente me pedem recursos humanos para as suas freguesias e por isso espanta-me que tenham votado contra o Mapa de Pessoal. E seguramente me explicarão agora durante os próximos tempos com toda a naturalidade. Seguramente que, ou foram obrigados a fazer, ou terão uma opinião diferente, ou mudaram de opinião. Porque nós não podemos querer ter sol na eira e chuva no naval. Nós não podemos estar a pedir funcionários para as nossas freguesias e sempre com o discurso, dos funcionários, dos funcionários, dos funcionários e depois quando chega a hora de votar: O partido manda mais do que os funcionários. E portanto, isso é uma matéria que, sinceramente, deixem-me dizer-vos, tenho que o dizer aqui e não vou dizê-lo de outra forma nem em outros locais, gosto de o dizer face a face, dizer que não percebi sinceramente, qual foi o posicionamento dos Senhores Presidentes de Junta do Partido Socialista que reclamam insistentemente esta questão dos funcionários e que hoje, espantosamente, votaram contra o Mapa de Pessoal. E portanto, seguramente para a semana*

me estarão a pedir mais homens, mais pessoas, mais isto. Mas, eu depois pergunto: - Com que instrumentos? Por acaso, por acaso, por acaso a votação e houve um Partido político que mostrou ser aqui responsável. Porque, se a votação desse em sentido contrário, eu queria ver como é que os senhores amanhã iam gerir as vossas juntas de freguesia. Mas, não deixa de ser interessante e uma discussão para termos relativamente ao futuro. Ou, então, mudaram de posição e também estamos completamente à vontade relativamente a isso. Agora, há história, há história, há ditos, há pedidos, há cartas escritas, há propostas ao congresso da Associação das Freguesias, há não sei quê. Mas depois chega à hora: E a gente já vota ao contrário, já não interessa nada. Ainda não consegui perceber. Mas, repito, o defeito é seguramente meu e só pode ser meu, porque não deixei ficar completamente surpreendido. Portanto, dizer-vos que, no Orçamento de 2014, ele apresenta uma redução, relativamente ao valor global do Orçamento de 2013. Estamos a falar de uma redução de duzentos e sessenta e dois mil euros (262.000,00€), estamos a falar de uma pequena redução 0,7% face portanto à previsão do ano de 2013. Deixem-me dizer-vos que, esta diminuição é sobretudo influenciada pela praticamente inexistente venda de água, tendo em conta o processo de concessão à Indaqua mas, naturalmente também do ponto de vista da despesa vai haver uma redução que é coincidente. Nós temos um decréscimo de 3.3% nas receitas correntes e temos um aumento de 5.6% nas receitas de capital. No lado das despesas correntes, a redução também é significativa, ficando este tipo de despesa com um desvio percentual de 5% e as de capital com um aumento de 5.2% comparativamente aquela que foi a previsão para o ano de 2013. Nós na receita dos impostos diretos, conforme também já disse quando aprovamos aqui a redução do IMI, nós temos um aumento de 4.4% devido, como disse, à cobrança do IMI e também do Imposto Único de Circulação. Relativamente às transferências correntes elas também evidenciam um crescimento, estamos a falar de perto de 6% e portanto isto tem a ver com a questão das candidaturas comunitárias e pelo aproveitamento ainda de verbas do QREN, mas também porque há uma reestruturação das receitas provenientes do Orçamento de Estado. Embora, conforme os senhores sabem há também uma redução das transferências do Estado para o Município de cerca de trezentos e trinta e três mil quinhentos e cinquenta euros (333.550,00€) mas, depois, houve aqui uma reafectação, houve aqui uma alteração contabilística, nomeadamente alterações da colocação das verbas nas respetivas contas e a leitura tem de ser feita de forma diferente. Nós estamos a falar também do aumento das receitas de capital. Estamos a falar das vendas de investimento, alienação de Terrenos e Transferências de Capital. Portanto, dizer-vos que, aqui, nós também, conforme eu disse há pouco, temos aqui um aumento previsional nas receitas com origem nos fundos comunitários. Em termos de despesas correntes: Em 2014, há um decréscimo de 5%. E, temos, conforme eu já expliquei ao Senhor Deputado Pinto Moreira, o aumento de 7.5% de despesas com pessoal. Portanto, a explicação já foi dada e estamos a falar da afetação de verbas que tem a ver com a imposição do Tribunal de Constitucional e, repito, tem a ver com a internalização da Gedaz e, ainda, com a alteração dos encargos com a Caixa Geral de Aposentações ou seja passou de 20% para 23.75%. Naquilo que diz respeito a

aquisição de bens e serviços há um desagravamento de 11.7%, porque aqui também, conforme eu disse também no início da intervenção, nós também deixamos de comprar a água. Portanto se por um lado perdemos receita dos munícipes por via da concessão, também deixamos de comprar a águas às Águas Douro e Paiva e também tem reflexo neste lado. Portanto, também aqui, esperemos que assim seja, repito, isto é um exercício previsional, é um orçamento, nós contamos com uma redução das taxas de juro e portanto pensamos que haja aqui uma redução de duzentos mil euros (200.000,00€) em 2014. Naquilo que diz respeito ao capítulo das transferências correntes e de capital para as freguesias. Deixem-me dizer-vos que, ao contrário do que muitas Câmaras fizeram neste orçamento para 2014 e bom que fiquem cientes dessa situação, ao contrário do que muitas Câmaras politicamente optaram por cortar as transferências para as juntas freguesias, nós vamos manter os valores de 2013. Portanto, não há nenhuma redução relativamente às transferências para as juntas de freguesia e portanto é um sinal também que damos de cooperação com as juntas de freguesia. Há, como disse, opções diferentes: Há quem tenha reduzido em 50%; Há quem tenha colocado a zero; Nós entendemos manter esse valor. Evidentemente que, o próprio exercício orçamental assim o determina, que é, relativamente à execução orçamental de 2014, nós poderemos ter que fazer alguns ajustamentos e portanto, que permitam realizar e contratualizar, aliás vamos ter que o fazer por via da nova legislação, contratualizar valores com as freguesias como tem acontecido nos anos anteriores. E portanto, conforme os Senhores Presidentes de Junta podem testemunhar, a execução orçamental é superior, sempre, aquela que é prevista no Orçamento. Ao nível do investimento, nós temos um aumento de 15%, estamos a falar de mais um milhão trezentos e sessenta e quatro mil e oitocentos e noventa euros (1.364.890,00€), relativamente a 2013. E portanto, conforme eu disse, nós vamos procurar, naturalmente, esgotar a nossa capacidade junto dos fundos comunitários do QREN porque o programa ainda vai funcionar até 2015, é a regra do n+2 que vai funcionar, portanto, termina em 2013 mas há dois anos ainda para fazer despesa e realizar despesa e nós estamos atentos a isso e portanto teremos de ter também aqui, naturalmente, disponibilidade para podermos acompanhar esse esforço. Já vos falei também da questão, que para nós é prioritária, de estarmos preparados para o novo desafio do ponto de vista da contratualização de novos fundos comunitários. E dizer-vos que, em termos de grandes obras, nós vamos durante o ano de 2014 focar-nos em questões muito concretas. Temos a área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro, estamos a falar de um custo perto de doze milhões de euros e portanto esse continuará a ser um dos principais projetos em curso durante o exercício de 2014. Naturalmente que, a nossa estratégia de área de acolhimento empresarial não se esgota em Ul/Loureiro, nós vamos trabalhar, quer do ponto de vista do planeamento, naquilo que diz respeito a uma rede de Zonas Industriais que temos por todo o concelho e que queremos naturalmente que elas sejam atrativas e tenham capacidade e condições para poder aumentar o nosso desenvolvimento e o crescimento económico. Estamos a falar de algumas questões que, politicamente são interessantes e que, vamos ter de em conjunto convencer outros organismos para poder ultrapassar algumas questões, conforme diz respeito à Zona Industrial Costa Má –

S. Roque e outras também. Mas, manteremos e queremos iniciar o processo de conclusão da Via do Nordeste a IV Fase da Via do Nordeste que liga Cesar a Fajões e também a questão da Via do Sudoeste, como sabem é uma via estratégica e importante para o nosso Município. Temos os Planos de Urbanização em curso, na cidade, nas zonas industriais. Temos a questão que já aqui foi falada, até num ponto da Ordem de Trabalhos da última Assembleia Municipal, que se prende com o processo de reabilitação urbana do centro da cidade de Oliveira de Azeméis e portanto a reabilitação daquilo que é o nosso património edificado: Estamos a falar do Mercado Municipal; Estamos a falar do Centro Coordenador de Transportes; Estamos a falar de um conjunto de infraestruturas que nós vamos ter, naturalmente, que trabalhar afincadamente procurando financiamento e fazendo com que elas sejam executadas. Estamos a falar também e não podemos esquecer a Requalificação do Parque da La-Salette. Estamos a falar de um projeto que ronda os quatro milhões de euros, conforme tinha sido anunciado, num investimento faseado para não tornar o Parque da La-salette num estaleiro permanente. Portanto, com a criação do Centro de Interpretação do Vidro, a requalificação do Núcleo Histórico do Parque, a requalificação do Parque Infantil, do Parque Desportivo e a criação do Parque Sénior, o equipamento urbano multifuncional e a reabilitação de toda a zona envolvente ao Lago, o novo Parque de Merendas e também a Nova Mata são infraestruturas que vão fazer naturalmente com que aquele ex-líbris que é o Parque da La-Salette esteja preparado para mais 100 anos depois de ter sido e bem o verdadeiro e grande Parque Urbano de Oliveira de Azeméis. Teremos em 2014 o Centro Escolar de Ul que, do ponto de vista da área da educação, vai absorver grande parte do nosso investimento. O Parque do Cercal vai ter que ter afeto algumas verbas em termos orçamentais porque, como sabem, está pronto mas é preciso agora também pagar a obra e portanto do ponto de vista orçamental ela também consta. E portanto nós cá estaremos preparados para assumir novos desafios. Dizer-vos que, repito, é um Orçamento equilibrado, é um Orçamento realista. Nós temos assistido a muitos exercícios orçamentais por parte de muitas Câmaras Municipais, cada um sabe da sua vida naturalmente. Mas nós não quisemos que este exercício orçamental pudesse não ser tão realista como é e tão equilibrado. E portanto, cá estaremos durante o ano de 2014 para o executarmos, se Assembleia Municipal entender que ele deva ser aprovado. Muito obrigado.=====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de, Armindo Nunes - Presidente da União das Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca, Amaro Simões – Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, Rui Luzes Cabral – Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, José Ribeiro e Bruno Aragão, todos do PS; Carlos Silva - Presidente da União das Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail e José Campos, do PSD e António Pinto Moreira, do CDS/PP. ==

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Armindo Nunes - Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Pinheiro da Bemposta/ Travanca e Palmaz.* =====

===== *Muito boa tarde. Cumprimento, o Senhor Presidente da Mesa, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Membros desta Assembleia, os meus colegas, o público e a comunicação social. Eu não tinha nenhuma intenção de vir usar da palavra nesta Assembleia. E, faço-o, não para vir retomar aqui um debate que está feito, que está resolvido. Faço-o, porque eu considero como certamente todos nós que somos pessoas que prezam que valorizam a democracia, porque todos nós entendemos que as ideias se devem debater nesta Casa, que é a Casa da Democracia, sem peias, sem receio, podemos dizer todos os disparates mas temos de ser respeitados porque, é aqui que se confrontam as ideias, é aqui que os debates podem ser acessos, é aqui que os debates têm de ser vivos porque, repito, esta é a Casa da democracia. O que venho aqui fazer é, apenas a título pessoal, dizer que fico magoado com o jeito de reprimenda que o Senhor Presidente da Câmara usou nas suas palavras para com homens e mulheres, naturalmente, que estão aqui legitimamente, que foram eleitos pelo seu povo. Exatamente, fomos todos eleitos. Não temos que dar reprimendas a ninguém. E portanto, votamos desta forma. Porque é que havemos de levar esta votação para outros campos que não tem nada a ver com isto? Eu queria dizer apenas Senhor Presidente, fico muito magoado só por isso. Porque, a discussão do tema essa está feita, nós não andamos aqui, como de resto verificará daqui a pouco, não andamos aqui a seguir ninguém, não andamos a mando de ninguém, nós andamos a mando dos nossos eleitores porque nós é que sofremos na pele a nossa gestão. Porque, eu devo dizer-lhe que: No sábado, tive gente a procurar-me; No domingo, tive gente a procura-me; Hoje, tive gente a procurar-me porque é a nós que eles vêm procurar para resolver os seus problemas. E portanto levar isto para outro lado, penso que é reduzir a função desta Assembleia. É só. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer:* =====

===== *Faço aqui, um ponto de ordem, à Assembleia. Quando qualquer Deputado estiver a usar da palavra, quer se goste, quer não se goste, temos que aprender a ouvir. E depois a nossa opinião se não estiver de acordo, têm um Presidente que vos dá todas as oportunidades para virem aqui explicar aquilo que quiserem. Muito obrigado. Seguidamente dava a palavra ao Senhor Amaro Simões - Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque.* =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Membros da Assembleia, colegas, público e imprensa. Não vai ser para a semana que vamos a aparecer a pedir coisas, é já. Antes de mais, queria fazer também um reparo, mas faço-o em consciência mesmo. Senhor Presidente, vocês são*

testemunhas disso, eu votei sempre e continuarei a votar em consciência com os meus princípios e com aquilo que em cada momento entendo que devo fazer. Este ano jurei para mim, ser um bocado mais rigoroso, rigoroso neste sentido, porque ao longo destes anos todos que tenho de participações na Assembleia Municipal muitas vezes, mas mesmo muitos, não votei de acordo com o partido. Não votei e vocês são testemunhas disso. Isto, em vez de ser valorizado, eu não queria voltar a este assunto, mas sou obrigado a voltar, em vez de ser valorizado, enfim, por quem eu acho que devia de ser, foi apoucado. O Amaro, nunca se sabe de que lado está, umas vezes está com o partido, outras vezes não está. É verdade, umas vezes estou com o partido, outras vezes não estou. Porque para nós Presidentes de Junta, e penso que não sou só eu, cada Freguesia é o centro do mundo. E, nós entendemos que, mas eles não nos levam a mal por isso, as nossas Freguesias para cada um de nós a nossa paróquia é o Vaticano. Somos assim. E acho que devemos ser assim. Ninguém nos pode querer mal por isso. Portanto, se algumas vezes não voto com o Partido e muitas vezes não voto e não vou votar algumas vezes e eles que me perdoem. Mas, acho que isto não devia ser apoucado, devia ser valorizado. E penso que o Senhor Presidente da Câmara até valoriza mas nem sempre isto acontece. Posto isto, vou entrar diretamente então no assunto propriamente do Orçamento. Este é o décimo sétimo (17) Orçamento em que vou participar e nunca votei contra. Nunca votei contra. Relativamente às freguesias (é só disso que quero falar), habituei-me aos orçamentos participativos, negociados, dialogados, em que, mesmo que não contemplasse completamente as propostas de cada uma das Juntas, sentíamos também que orçamento era um bocadinho nosso. Nós no nosso bocadinho ajudávamos a compor o Orçamento, sentíamos aquilo um bocado nosso e, depois, vínhamos para uma Assembleia e não tínhamos coragem de votar contra. Não tínhamos. Daí as dificuldades em votar contra, mesmo que, no geral, até pudéssemos sentir que os orçamentos eram injustos ou inadequados e inadequados. É fácil constatar e reconhecer, agora, que, muitas vezes, votámos Orçamentos que não eram bons. Nós chegámos aos cinquenta e seis milhões de euros (56.000.000,00€) de dívida é porque aprovamos alguma coisa não estava bem, porque senão nós não tínhamos chegado a este ponto. Boa intenção, bem-intencionados, todos nós. Mas, ao chegarmos aos cinquenta e seis milhões, penso que foi este número mais cem menos cem, é porque alguma coisa não correu bem. Nós votamos Orçamentos que não foram corretos, admito isso e acho que é fácil hoje admitir isso. Hoje não é assim. Eu não me consigo rever neste orçamento. Podem não concordar com as prioridades que eu envieí, mas só com muita boa vontade me podem dizer que elas estão contempladas neste Orçamento e PPI. Estas divergências que eu tenho a certeza que com uma pequena reunião nós tínhamos resolvido. Houve boa vontade em me telefonar, em me esclarecer, agradeço isso. Mas, continuo a não me ver retratado neste Orçamento. E não vou votar contra. Não vou falar da cobertura do Polidesportivo que terá que ser contemplada mas bem ponderada para não suceder o que está a acontecer com outras obras iniciadas noutros locais. Falo só da Zona Industrial da Costa Má. Depois de muitas vicissitudes, há um Plano de Urbanização elaborado com muito brio e profissionalismo, reconheça-se, pelos técnicos da Câmara Municipal, foi aprovado em Diário

da Republica em 10 de julho de 2009, cujo efeitos caducarão, após 5 anos, ou seja, em julho de 2014, se não houver investimento para o local. No entanto, só para 2015, 2016 e 2017, estão previstos investimentos neste Orçamento. Que é que se pode pensar disto? Não vamos continuar a passar culpas. É preciso resolver e, se a Câmara, evidentemente se revelar também interessada, nós vamos resolver este assunto. Fico sempre constrangido quando vejo empresas com algum potencial económico, sair da freguesia, para fora do Município, ou até, ameaçadas de encerramento por falta de condições impostas pela ACT. (agora já nem tanto). Até julho, com procedimentos razoáveis e objetivos, estamos em condições de garantir a construção de 5 pequenos / médios pavilhões, de acordo com as expectativas do nosso tecido industrial. Logo que uns comecem, outros se seguirão, sem precisarmos de ir à China. Bom Ano. Presidente, vamos manter a calma e serenidade porque nós vamos ser dignos das funções que nos foram confiadas. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP. =====

===== Em primeiro lugar, queria trazer aqui uma questão de forma. Estamos no penúltimo dia de 2013. No documento Orçamento e Grandes Opções do Plano/ 2014, no capítulo inicial a que se refere linhas de orientação estratégica orçamento 2014, as considerações aí feitas relativamente á análise e ao orçamento do investimento público, quanto a mim, tem significativa utilidade prática para o gestor. A razão é que estamos a projetar as previsões, as de 2014, relativamente a outras previsões, as de 2013, sem fazer a análise ao grau de execução orçamental e ao grau de execução efetivo, hoje no penúltimo dia de 2014. É uma análise feita com base no mapa de 2, em que se compara previsões com previsões e não no mapa 1 também apresentado mas que, pura e simplesmente, é apresentado o mapa sem ser dito uma única linha relativamente a ele. Em toda a experiência profissional que tenho, e atualmente quando se fazem previsões orçamentais nas empresas e estabelecem objetivos para os anos seguintes, as mesmas são feitas tendo em conta as condições socioeconómicas verificadas externamente e também as condições de eficiência interna dos serviços aí verificados. No mapa 1, aí sim, aproximamo-nos da realidade, se compararmos a previsão de 2014 com base na estimativa para 2013. Estamos no final de 2014 e podemos já traçar uma fotografia bastante nítida da realidade. A previsão foi feita há um ano, para o ano de 2013 e neste momento não passa de uma realidade virtual. Já era. Com os números podemos fazer tudo, até comparar estimativas com estimativas. Mas, aí, corremos o risco, mais do que certo, de apresentar raciocínios errados com a aparência de que são raciocínios verdadeiros. O ano de 2013, segundo as estimativas, vai terminar com grande desequilíbrio entre as despesas correntes e as despesas de capital. Se as despesas correntes vão ficar 4.1% abaixo da previsão, já as despesas de capital vão ficar 21% abaixo da previsão. Na prática, menos cerca de novecentos mil euros de despesa e menos 3,5 milhões de investimento. O ano de 2013 foi assim caracterizado, por

retração no investimento, justificado por redução importante na arrecadação de receitas, maioritariamente, com redução nas transferências externas de capital menos de cerca de dois milhões de euros, mas também devido a causas exclusivamente internas porque a Câmara não conseguiu cumprir a sua meta estabelecida para venda de bens de investimento, em que está com um nível de execução de receita com menos um milhão e novecentos mil euros. Para equilíbrio destes défices de receita, houve, naturalmente, um aumento na rubrica de passivos financeiros de cerca de oitocentos e oitenta mil euros. Já no relatório do auditor externo, sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativamente ao 1º semestre de 2013, vem referido que foi estabelecido o limite para o endividamento líquido. Feitos os gastos de funcionamento e de serviço da dívida, fica o Concelho com menos investimento, portanto, mais empobrecido nos seus ativos em 2013. É este o verdadeiro resultado que importa reter. O ponto positivo importante. Saudamos, a reposição das previsões da receita de capital em 2014 para os níveis mais corretos, pese embora, não em magnitude suficiente para compensar a diminuição verificada em 2013. Que assim seja. Ficamos a aguardar da parte do Executivo, a capacidade de execução orçamental desta rubrica, em 2014, tão importante para a continuação dos níveis de investimento necessários para melhorar os níveis de infraestruturas públicas e assim as melhorias das condições socioeconómicas para que o nosso Concelho seja um Concelho onde valha a pena viver. O nosso Concelho tem uma vasta área florestal, a qual tem sido alvo de alguns incêndios todos os anos. Estes acontecimentos, pese embora, não tenham sido de gravidade equiparada, com o que assistimos em outras localidades, têm sido consumidor de muitos recursos, sabemos e aplaudimos os esforços que o Município tem feito mas, já na fase curativa. Isto é, de apoio logístico e de recursos para apagar o que está a arder. E a prevenção? O plano plurianual constata, mais uma vez, a inexistente de uma política e de um programa de ordenamento florestal e de prevenção de incêndios. Venha este Orçamento e Grandes Opções do Plano a ser aprovado nesta Assembleia, como se espera, no próximo ano apresentaremos por escrito uma proposta do CDS/PP para uma alteração ao Plano que contemple a cabimentação de uma verba para ações a empreender de prevenção de incêndios e de ordenamento florestal. Muito obrigado. =====

===== Ausentou-se o Senhor Presidente da Assembleia, ficando a presidir a Sessão o Primeiro Secretário - António Luís da Fonseca e Grifo. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís da Fonseca e Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Deputado José Ribeiro, do PS. =====

===== Muito obrigado. Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta, comunicação social, Oliveirenses. Queria começar esta minha intervenção por desejar a todos

um Bom Ano. E indo de encontro às palavras do Senhor Presidente, o início de um novo mandato devia marcar um novo ciclo da gestão autárquica do nosso concelho, o traçar de novas metas e de um novo rumo, o assumir daquilo que queremos fazer e no que queremos transformar o espaço público, bem como quais as melhorias na qualidade de vida dos Oliveirenses que nos propomos implementar. O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são nesse sentido a transcrição em números dessa vontade e, deviam conseguir-nos transmitir essa visão, por parte da Autarquia. Começando por analisar as notas introdutórias deste documento, ficamos logo na primeira página com a sensação que grandes obras se avizinham, pois será e vou citar - “ o ano de arranque de novos objetivos traçados e focalizados nas expectativas de todos os Oliveirenses, mas também aquele que vais consubstanciar a materialização de grandes projetos infraestruturais. A nova reorganização administrativa e conseqüente agregação de freguesias será um desafio para os próximos tempos e obrigará a uma descentralização, a um alargamento das atribuições e competências das freguesias e dos correspondentes recursos, bem como a promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local. Os projetos contidos neste Orçamento e Grandes Opções do Plano, reforçam os compromissos assumidos por este Executivo e colocam em prática um conjunto de medidas transversais que tentam abranger a vasta esfera de competências desta Câmara Municipal com um princípio estratégico orientador na prossecução de objetivos de equidade” fim de citação. Seria de esperar, então, a transcrição destas vontades em números e ações mas, a ideia com que ficamos é que houve uma pessoa que fez o Orçamento e PPI e outra que escreveu as notas. Senão, vejamos: Seria de esperar a conclusão dos Planos das Zonas Industriais, no entanto verificamos que os Planos caducam em 2014 e as verbas inscritas são apenas previsão para 2015; Seria de esperar a infraestruturização das Zonas Industriais de S. Roque, Nogueira do Cravo/ Pindelo conforme Planos de Urbanização já aprovados e uma forma de salvaguardar todo o trabalho já efetuado; Seria de esperar que a Requalificação da Feira dos Onze, anunciada com pompa e circunstância antes das eleições, mas que agora aguarda cabimento orçamental, não estivesse prevista no PPI para 2016 e 2017, com vinte e cinco mil euros (25.000.00€) apenas; Seria de esperar a inclusão das verbas necessárias para iniciar a conclusão da Via do Nordeste entre Cesar e Fajões, bem como a intervenção plurianual que permita a requalificação do troço da antiga NI entre a Margonça e Travanca; Seria de esperar que novas obras fossem anunciadas e cabimentadas, no entanto observamos um discorrer de notas sobre obras concluídas ou em fase de conclusão como sejam: Zona Industrial Ul/Loureiro ou Requalificação do Parque Infantil e Desportivo e a criação do parque Sénior, bom como o Novo Parque de Merendas. Seria de esperar a reabilitação de equipamentos e espaços públicos para acolhimento de serviços municipais e associativos que se encontram em espaços arrendados. Observamos ainda que alguns projetos enumerados não obtêm a correspondente dotação com sejam, por exemplo, a intenção de construção do novo Centro Coordenador de Transportes. Senhor Presidente, este mandato marca também o início do novo Quadro Comunitário de Apoio, seria de esperar vermos já nestes documentos, quais as ideias do Executivo para esse quadro, de forma a candidatar-mos a esse projetos e para que,

e como referiu, Portugal continue a ser dos países com amir taxa de execução de projetos cofinanciados. Seria de espera e por força da Lei 75/2013, que as verbas a transferir para as juntas de freguesias fossem duplicadas, numa verdadeira política de descentralização de poder, de proximidade aos cidadão mas acima de tudo de eficácia de gestão. Começamos aqui a notar as opções de gestão do atual Executivo, como seja a opção pela concessão do saneamento e abastecimento de água, ou a internalização de todo o pessoal da Gedaz. Relativamente ao PPI, observamos um discorrer de obras feitas e por pagar, nomeadamente nas freguesias, ou seja: grande parte do previsto executar em 2014, refere-se ao pagamento das dívidas transferidas para as freguesias ao abrigo de protocolos e relativamente aos investimentos estruturantes estes são empurrados para a frente numa mera intenção de ideias. Azeméis é Cultura com dezoito mil quinhentos e cinquenta euros (18.550,00€), é o valor inscrito para serviços culturais. Inqualificável e esclarecedor. A verba inscrita para desporto, a título de exemplo, é 13 vezes superior, num valor de duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€). Senhor Presidente, rigor é mostrar evidência dos números e coerência é votar contra um Orçamento que não trás esperança. Nesse sentido, o nosso voto é francamente justificado. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís da Fonseca e Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Rui Luzes Cabral – Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====

===== Muito boa tarde a todos. Cumprimentar a Mesa, o Executivo Municipal e todos os seus Vereadores, o Senhor Presidente, os Presidentes de Junta, os Membros da Assembleia, o público e comunicação social e também aproveito para desejar um Excelente 2014. À semelhança do que já disse o meu colega o Senhor Armindo, e também o Amaro, eu também não era para fazer a intervenção. Mas, e com a mesma frontalidade com que o Senhor Presidente da Câmara se referiu à forma de votação dos Presidentes de Junta do Partido Socialista, Senhor Presidente, eu também, com a mesma frontalidade, lhe digo, que, fiquei triste com a sua posição. Mas respeito, obviamente. Acho que não faz grande sentido, nós chatearmo-nos com as votações uns dos outros, assumindo as nossas consequências. Mas as consequências, não têm de ser aquelas que o Senhor Presidente indiciou. Porque há pouco falou-se até de relógios que estavam parados e esse nível o Partido Socialista ou as votações dos seus Presidentes de Junta não estão parados e essas votações andam sempre de forma a que nós possamos encontrar entre a nossa consciência e aquilo que o Concelho ou a nossa visão de aquilo que o Concelho merece e aspira é a nossa votação e tem sido ao longo do mandato. E, até nisso, Senhor Presidente acho que lhe fica mal faze essa referência, não só sabendo o histórico das votações do Partido Socialista que são diversas e muito bem, e muito bem serem diversas, embora podendo, ou não, não agradar ao Executivo da Câmara Municipal ou até ao próprio Partido Socialista, portanto não é isso que aqui está em causa. Acho que devemos olhar para estas coisas com uma maior serenidade. E lembrar, também o Senhor Presidente, que, muitas vezes, eu até posso negociar um

Orçamento fantástico para a freguesia de Loureiro, fantástico. Mas, pode não ser o Orçamento municipal o mais adequado para gerir este concelho, porque eu não posso querer tudo para a minha freguesia e pouco ou nada para as outras freguesias. E portanto o Orçamento Municipal é um Orçamento que é geral para todo o Concelho. Eu sou só o Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro e há outros colegas que são cada um Presidentes das suas Freguesias mas acima de nós está um Presidente da Câmara, está um Executivo Municipal que tem que olhar para a sustentabilidade do Concelho no seu geral. E mesmo que não goste de um Presidente A ou B, ou não é uma questão não gostar, ou não de não ser do Partido, ou independentemente, ou de até estar incompatibilizado com ele, eu lembro-me de num mandato não no anterior, mas no mandato 2005/2009, é público, o Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro estava um pouco incompatibilizado com Presidente de Câmara e eram do mesmo Partido, não há nenhum mal nisso. E portanto, mesmo que isso aconteça Senhor Presidente, o Presidente da Câmara tem de ser o garante do desenvolvimento integrado do Concelho: Tenha ou não, bons Presidente de Junta; Tenha ou não, Presidentes de Junta do PS, do PSD, do CDS ou de quem quer que seja. Nesse sentido, acho que, nós sempre estivemos aqui com alguma serenidade a falar destas questões e já aqui discutimos bastante tanto nas Assembleias Municipais como em outras reuniões que temos tido que as obras que estão inscritas no PPI muitas vezes não são aquelas que depois são efetuadas. Nós compreendemos isso perfeitamente porque gerimos com expectativas. Nós nas nossas freguesias também muitas vezes inscrevemos atividades que pensamos realizar e que depois não são possíveis de realizar. E portanto nós percebemos isso tudo muito bem. Agora, a votação ou a forma, é mais a forma, de que o Presidente da Câmara aqui referiu, quanto à votação dos Membros do Partido Socialista, até pelo conhecimento que tem e pela posição que tem, julgo que não é a melhor forma e é com a mesma frontalidade que lhe digo Senhor Presidente, que nós temos que ter Presidentes de Junta no Executivo Municipal e em todos seus Vereadores uns parceiros, que muitas vezes podemos não estar muito de acordo com as suas posições. Senhor Presidente, nós, os Presidentes de Junta, qualquer um que ele seja, qualquer que seja o Partido muitas vezes não fica agradado com a falta de acompanhamento que possa ter tido a Câmara com as Juntas ou vice-versa. E portanto, isso é uma coisa normal do dia-a-dia, nós devemos limar essas arestas, não devemos é condicionar o bom relacionamento com estas tiradas em Assembleia Municipal. Senhor Presidente, eu compreendo isto perfeitamente, nós aqui o que estivemos aqui a discutir, com a sua intervenção, foi política. E portanto, esse tipo de política é que acho que não é muito saudável nesse relacionamento, discutamos outro tipo de política para nos aproximarmos e não para nos condicionarmos. Era isso que eu queria deixar aqui nota. Obrigado. E já agora, os meus parabéns que é hoje o seu aniversário. E um Bom Ano para todos. =====

===== Entrou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Carlos Silva - Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Oliveira de Azeméis/ Santiago de Riba-Ul/ Ul/ Macinhata da Seixa e Madail.* =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia, demais pessoas aqui presentes, comunicação social. Muito boa tarde. Pese embora estarmos a discutir um documento importante como é o Orçamento e as linhas mestres daquelas que são as intenções do Executivo para o próximo ano e também o seu Plano Plurianual. A minha intervenção não é propriamente para análise do documento mas está diretamente relacionada, até porque o Orçamento está subjacente ao trabalho que se desenvolve nas freguesias e reveste-se de importância maior, agora, tendo em consideração o novo formato de agregação das freguesias que resultou das eleições do passado 29 de setembro. Este processo, conturbado, contou com diversas discussões públicas, definiu essencialmente o novo mapa administrativo e geográfico e pretende dar novos poderes às juntas de freguesias transformando-as em cobaias de um processo ainda incógnito, mas com objetivo claro de fazer destas uniões de freguesias uma espécie de vereação descentralizada. A discussão desta matéria faz todo o sentido, até porque, em abono da verdade, penso que é unânime, que na Administração Local algo não vai assim tão bem e que é necessário discutir-se debater-se e proceder-se a alterações estruturais. Lamentavelmente, não devia ter sido necessária qualquer imposição, neste que foi o primeiro passo, mas sim agir-se de forma ponderada e com base na razão. Alguns defendem que as Juntas de Freguesia são os parentes pobres do poder local, o que desmotiva uma intervenção que vá para além da gestão corrente, da limpeza das ruas, dos cemitérios e da tentativa quase sempre tímida, inglória e infrutífera de ser a voz do povo junto da Câmara Municipal. Outros dizem que não. Acham que as Juntas podem e devem fazer mais, mas que para tal e não é prática exequível isto porque a reduzida amplitude financeira dos Orçamentos das Juntas não o permite. Como tal, os partidários desta opinião, acabam ironicamente por aceitar que as Juntas têm de restringir a sua atividade ao que dizem os defensores da mera gestão corrente. As opiniões sobre a questão, na base desta reflexão, são múltiplas e muitas das vezes contraditórias. Num ponto, porém, parece haver unanimidade, todas vão ao encontro, que para se aumentar o leque de competências, terá de forçosamente de haver um pacote financeiro que o acompanhe. E, aqui, segundo a minha opinião, que assenta o cerne de todo este processo: Será que é proveitoso, manter-se o agregar de freguesias sem se definir e dar-lhes mais autonomia e competências? De que nós serve casamentos geográficos sem competências? De que vale proximidade sem autonomia? De que vale tudo isto, sem meios financeiros? Todos os Presidentes de Junta sentem, eu pelo menos sinto, o que significa ter de depender de forma quase contínua da boa vontade e da sensibilidade do Presidente da Câmara Municipal, para a execução de qualquer projeto. Isto é no mínimo preocupante e merece a nossa mais profunda reflexão. E nós não somos, muito provavelmente, daqueles que nos podemos queixar assim tanto*

uma vez que a Câmara Municipal, através da leitura que se pode fazer do novo Orçamento, documento que hoje vamos aqui tentar aprovar, vai manter o atual complemento de financiamento que transfere mensalmente para as juntas de freguesia, o que é uma boa notícia, assim como outras verbas financeiras no âmbito dos protocolos de delegação de competências e que merecem também destaque neste documento, nas mais variadas freguesias, reforçando estatuto de parceiro ativo e estratégico e minimizando deste modo os parcos recursos e competências das Juntas de Freguesia. Tudo isto vem a propósito da recente visita do Senhor Secretário de Estado da Administração Local a Oliveira de Azeméis, Dr. António Leitão Amaro, no âmbito da sessão de esclarecimentos sobre a governação local. Aproveito para endereçar os parabéns à Câmara Municipal, e ao seu Presidente, por uma vez mais conseguir mobilizar um alto elemento governativo para estar entre nós a discutir um assunto que se reveste de vital importância, mas também, pela iniciativa pela sensibilidade que sempre demonstra nas mais variadas matérias, por informar quer sejam assuntos de cariz social, económico, cultural ou desportivo, cabendo desta vez a um assunto mais direcionado par as freguesias e para as suas competências ou até para a falta delas. Aliás, estou em crer que esse foi muito provavelmente o maior propósito para este convite e para a vinda do Senhor Secretário de Estado e de naturalmente, para além de procura-nos elucidar sobre as verdadeiras intenções do governo, mostrar-lhe as nossas dificuldades, mostrar-lhe aquilo que sentimos e vivemos no terreno e ao mesmo tempo desafiá-lo para que esta reforma não seja apenas uma medida do tal pacote e da tal imposição, antes pelo contrário seja uma oportunidade e de reforço de competências para as freguesias e para os cidadãos. Até porque, confesso e tive oportunidade de lhe dizer pessoalmente, as primeiras medidas e quase todos conhecem como é o caso do licenciamento de lotarias, de arrumador de automóveis ou até das atividades mais ruidosas, deixam muito a desejar por não representaram qualquer mais-valia, antes pelo contrário, vêm a meu ver, dificultar ainda mais a tarefa das freguesias que vivem já com dificuldades na gestão dos seus recursos. O novo modelo, enquanto não forem definidos e apresentados com clareza as restantes competências, trouxeram, apenas, e para já, um aumento da área geográfica e uma complexidade dos processos legais e burocráticos. De forma sumária, existe todo um conjunto de propostas que deveriam ser consideradas e essas sim fariam todo o sentido. Mas primeiro, as Juntas de Freguesia têm de ter a capacidade para de forma autónoma gerir os seus serviços mais básicos. Não se pode dizer aos cidadãos que não temos meios ou recursos para resolver as situações mais simples do nosso dia-a-dia. Para tecnicamente gerirem os seus trabalhos e os seus projetos quer na componente mais ativa no terreno, quer na parte mais burocrática e para isso são precisas mais pessoas. Sim, Senhor Presidente, são precisas mais pessoas. Só depois, disto, podemos sim avançar para um outro patamar de valências que assegure competências nos mais variados âmbitos. No âmbito da gestão e manutenção do espaço público, das ruas; dos parques; dos jardins pela nossa proximidade teríamos todas as condições de oferecer um serviço mais efetivo. No âmbito da intervenção comunitária, apoiando mais efetivamente atividades e instituições ou associações culturais e desportivas ou até, no âmbito da própria

política de habitação do Município. Por forma a estarmos preparados para assumir todas as novas competências e deveres as novas Juntas de Freguesia precisam de uma expansão do Orçamento, via Orçamento de Estado e da visão de maior proximidade dos nossos governantes, para que as opções que possam vir a ser tomadas não recaiam em medidas desadequadas em detrimento de outras, das realmente necessárias, que elevem a condição de vida das populações. Votos de um excelente Ano de 2014, para todos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Obrigado Senhor Presidente. Uma introdução demagógica, num Orçamento sofrível. Como se afirma no documento, “Será mais um ano de forte contenção financeira, otimização de recursos, rigor Orçamental e orientação para os resultados, mas certamente também será também a altura, para mais uma vez, demonstrar a atitude positiva na recuperação da economia e na dinamização dos agentes que potenciam o crescimento económico”, - estive a citar. Com pressupostos deste tipo, face ao documento que nos foi apresentado, duas questões concretas apenas, para duas respostas diretas também. No seu Orçamento podemos ler: “A sustentabilidade hoje evidenciada numa estabilidade financeira, é sinónimo de uma gestão eficiente e eficaz, assente, desde a primeira hora, numa política coerente e racional”, - Senhor Presidente, queira Vossa Excelência, se o conseguir, mostrar-nos de forma clara, onde está neste Orçamento a gestão eficiente e eficaz, assente, desde a primeira hora, numa política coerente e racional? No seu Orçamento, podemos ler também: “... não só é o ano de arranque de novos objetivos traçados e focalizados nas expectativas de todos os Oliveirenses, mas também é aquele que vai consubstanciar e materialização de grandes projetos infraestruturais”- Senhor Presidente, queira Vossa Excelência, se o conseguir, mostrar-nos de forma clara, quais são os novos objetivos traçados e onde estão materializados os grandes projetos infraestruturais? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado José Campos, do PSD. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, restantes Vereadores, colegas aqui presentes, público aqui presente, comunicação social. Desejo, um Bom Ano de 2014, para todos. Obviamente, a nossa posição, relativamente a este Orçamento é radicalmente diferente da do Partido Socialista, aqui também não há novidade, tem sido sempre assim ao longo dos últimos anos. Quem ouve a argumentação dos Deputados do Partido Socialista fica de facto com a ideia que, a situação financeira e a gestão financeira do Município, é catastrófica. Mas isto também tem sido uma argumentação que não tem evoluído ao longo dos tempos. Ora, pega-se mais porque os investimentos não são

corretos, ora, pega-se na questão da dívida. Mas, é uma argumentação que de facto não evolui, é sempre a mesma. Eu não diria que é destrutiva, porque se calhar posso também ser mal interpretado. Diria que, - convém que assim seja. Felizmente, Senhor Presidente e ao contrário da argumentação do Partido Socialista que não evolui, os indicadores económicos para Oliveira de Azeméis esses têm evoluído, nos últimos quatro anos e são a grande diferença. Enquanto, de um lado, o discurso não evolui. Do outro lado, nós temos indicadores económicos que têm evoluído de forma favorável. Basta olharmos para a diminuição da dívida. Basta olharmos para a diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores. E basta olharmos também para uma coisa, que, eu acho que é importante, quando se fala aqui, de que, e vimos isso da parte da Bancada do Partido Socialista, principalmente na intervenção do Senhor Deputado José Ribeiro, que os investimentos se calhara não são os corretos, devia ser antes aqui, não devia ser ali, estão para 2015 e 2016. Pois, muito bem, Senhor Presidente, nós achamos que os investimentos estão corretos. Pelo menos, lá está, também os outros indicadores económicos que advêm muitas vezes do investimento e da própria gestão financeira da Câmara falam por si. É que, efetivamente, se olharmos para a taxa de empregabilidade, se olharmos à dinâmica empresarial do Município vemos que se calhar a política de investimento da Câmara tem sido a correta. Depois, há também uma outra questão que também é fundamental, o Senhor Deputado Bruno Aragão diz, é opinião dele partilhada, seguramente, pela Bancada do Partido Socialista: - “ de que estamos perante um Orçamento sofrível”. Eu diria, mais do que nunca, estamos perante um Orçamento que tem mais legitimidade do que nunca. É que estes Orçamentos, e a continuidade que se fala sempre, continuam em Orçamentos sofríveis, voltaram a ser legitimados nas urnas, no passado dia 29 de setembro. Portanto, os Oliveirenses têm considerado, seguramente, que os Orçamentos e a gestão financeira da Câmara tem sido a correta. Senão, se calhar, não estaria hoje aqui o Senhor Presidente da Câmara, estaria, se calhar, o Senhor Eng^o Joaquim Jorge. Isto eram só algumas notas introdutórias a aquilo que ouvimos aqui da parte da Bancada do Partido Socialista. Eu queria também dizer, com todo o respeito, que é muito mesmo, em relação ao Presidentes de Junta do Partido Socialista que aqui vieram falar: Sou seguramente o primeiro, e na Bancada do PSD seguramente todos me acompanharam, em louvar isso mesmo; Muitas vezes têm votado - não contra, isso sinceramente não me lembra, - mas têm-se absterido, em alguns documentos até muito importantes e relevantes nomeadamente, os Orçamentos que têm sido votados em Assembleia Municipal nos últimos anos de facto não têm seguido nessas alturas a posição oficial do Partido Socialista. Neste caso, perdoem-me, eu ouvi falar, aqui, de vitimização, ouvi o Deputado Bruno Aragão falar em vitimização, do discurso de vitimização que o PSD normalmente tinha. Não me levem a mal, não quero parecer indelicado com ninguém, mas pareceu-me que era um bocadinho isso que aqui vieram fazer – vitimizarem-se um bocadinho. Porque no que diz respeito aquilo que o Senhor Presidente diz, relativamente ao Mapa de Pessoal, as votações tem consequências. E, no fundo, foi isso que eu entendi das palavras do Senhor Presidente. E aqui trata-se de uma questão de coerência, não é? Porque aqui estamos a falar de se pedir mais pessoal. E depois, quando

estamos a falar de votar o Mapa de Pessoal? Imaginemos que ele não passava? É complicado depois haver mais pessoal para as juntas de freguesia, eu penso que foi essa a questão fundamental. E, as três intervenções que aqui vieram, tentaram fugir um bocadinho a essa questão, sinceramente. O documento que estamos a analisar, e que iremos votar, traduz em nossa opinião um Orçamento de rigor e simultaneamente um Orçamento ambicioso. É um Orçamento que procura otimizar os recursos existentes. Um Orçamento equilibrado e realista enquadrado por um contexto de grande adversidade macroeconómica. É também um Orçamento muito competente pois abarca dois aspetos: É o primeiro de um novo ciclo autárquico de quatro (4) anos e reflete um período de transição entre Quadros Comunitários de Apoio e no que diz respeito ao próximo quadro estratégico comum 2014-2020, ainda muitos pormenores, serão certamente clarificados, nos próximos tempos. O Executivo Camarário continua a privilegiar o investimento estruturante, esta aposta está presente nas grandes opções do Executivo para os próximos tempos e certamente dotará, cada vez mais, o nosso concelho com as condições de competitividade e de crescimento económico que todos desejamos. Durante os últimos anos, a grande preocupação do ponto de vista financeiro, esteve relacionada com a correção dos desequilíbrios existentes, visando tornar a gestão do Município mais preparada e mais forte para os desafios económicos do futuro. A disciplina orçamental, a consolidação económica e financeira, o controlo e a significativa redução da dívida foram sempre as principais e também as corretas prioridades. Os resultados são já, hoje, bem evidentes. Oliveira de Azeméis é atualmente um município com maior capacidade financeira, com uma melhor capacidade de fazer face aos seus compromissos e com os seus indicadores económicos a apresentarem sinais de grande sustentabilidade, inclusive quando comparados com outras autarquias. O Orçamento que nos é apresentado tem um valor global semelhante ao de 2013, reduzindo apenas em cerca de duzentos e sessenta e dois mil euros (262.000,00€), o que dado o contexto de transição a que atrás fiz referência nos parece perfeitamente adequado. No geral e face às previsões de 2013, apresenta um decréscimo de 3.3% nas receitas correntes e um aumento de 5.6% nas receitas de capital. No lado da despesa, a despesa corrente diminui 5% e as despesas de capital aumentam 5.2%. Um bom Orçamento também se reflete na capacidade que o Município tem em aproveitar as transferências de recursos associados a candidaturas comunitárias. O aproveitamento que tem vindo a ser feito manter-se-á certamente para 2014, com consequências importantes na criação de investimento estruturante, esta situação é bem demonstrativa da capacidade e da visão do Executivo camarário. O aumento do investimento previsto para 2014, face ao previsto para 2013, é de 15%. O aproveitamento de financiamento externo que está ao serviço do investimento público, permite à Autarquia concretizar projetos e obra diminuindo simultaneamente a contrapartida financeira da Câmara. Este é um ótimo sinal e uma boa gestão autárquica e que, temos a certeza, continuará a ocorrer nos próximos tempos. Este Orçamento é naturalmente afetado do lado da receita pelo fim de receitas originadas pela venda de água, que irá decorrer do processo de concessão da rede de abastecimento de água e saneamento em curso. No entanto, em contrapartida, também do lado da despesa, se assiste a um desagravamento de mais

de 11%, face a 2013, na rubrica – Aquisição de Bens e Serviços, em grande medida, porque com a concessão de água o Município deixa de ter as despesas que tínhamos, até agora, relacionadas com a aquisição de água para venda. Do lado da despesa, embora no global, as despesas correntes previsivelmente venham a diminuir, existe um aumento estimado com as despesas com Pessoal de 7.5%, face a 2013. Esta situação é explicada, em boa parte, pela obrigatoriedade da inclusão do pagamento de subsídio de férias aos trabalhadores, por imposição legal do Tribunal de Contas, o que não aconteceu como todos sabemos no Orçamento de 2013. De realçar, como também já aqui foi dito, que nestes custos já estão incluídos os custos com pessoal que integrava a Gedaz. Pela importância vital que assumem no exercício das suas funções estas despesas são mais que justificáveis, tendo principalmente em conta a salvaguarda os interesses de muitos Oliveirenses que recorrem aos serviços de carácter desportivo, recreativo e lúdico da autarquia. No âmbito das transferências correntes e de capital para as freguesias, mantêm-se os valores relativamente a 2013. Estamos certos que este é um sinal transmitido às Juntas de Freguesia e acreditamos que estas continuarão a ser um pilar importante de cooperação e desenvolvimento. Todos, seguramente, reconhecemos o papel decisivo que as Juntas de Freguesia assumem. Relativamente à aposta dos grandes e estruturantes projetos que o Município pretende manter ou concretizar, também a definição de prioridades, neste caso, nos parece a mais correta. Desde logo, é de destacar o investimento na Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro que continuará a ser um dos principais projetos em curso em 2014 e que será seguramente uma das infraestruturas que proporcionará o crescimento a todos os níveis do concelho permitindo a criação de emprego, a captação de novas empresas, bem como permitindo alavancar a construção e a melhoria de várias infraestruturas rodoviárias. A aposta nos Planos de Urbanização da Cidade, na regeneração do Centro da Cidade e a aposta nas várias Zonas Industriais, durante os próximos anos, são igualmente fundamentais para a melhoria e crescimento do Concelho. O Parque de La-Salette, merece um amplo destaque, com um projeto que rondará os quatro milhões de euros (4.000.000,00€) e que futuramente dotará o Parque de todas as condições para servir melhor as gerações presentes e futuras. Mas também a Educação e a Inovação merecem um profundo destaque: O Parque do Cercal é, já hoje, um investimento marcante e de grande relevância permitirá a criação de sinergias com as áreas educativas e empresariais do concelho e é um bom exemplo da visão estratégica e de futuro que este Executivo tem demonstrado. Tem sido, em grande parte, por causa desta visão estratégica do Executivo, bem presente no documento que iremos votar, que Oliveira de Azeméis tem hoje níveis de empregabilidade e competitividade empresarial muito acima da média nacional e apresenta nos principais indicadores económicos e financeiros números francamente positivos. Finanças públicas saudáveis, controlo orçamental, o cumprimento de Plano de Saneamento Financeiro e a consequente continuação da redução da dívida e do endividamento, aliado a um investimento seletivo mas catalisador de crescimento económico e valor acrescentado, são os grandes desafios do Executivo para 2014. Uma coisa é certa e mais do que nunca, este Orçamento que votaremos a favor, terá legitimidade acrescida.

Pois, a maioria dos Oliveirenses, nas urnas, mostraram, através do voto, o seu apoio ao percurso às prioridades, ao investimento e ao programa que tem vindo a ser executado por este Executivo. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Rui Luzes Cabral – Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====

===== De facto, o José Campos alertou para um facto de que eu esqueci-me de referir exatamente uma das partes que ele falou. A questão do Orçamento, ou do ponto que aqui se votou, não é a transferência de funcionários para as Juntas de Freguesia. E, como eu disse, na minha intervenção inicial, estamos aqui a votar um ponto que tem a ver com a estrutura dos funcionários da Câmara Municipal. E portanto não se queira, agora, estar a indiciar que as consequências de voto serão ou não a transferência de funcionários para as Juntas de Freguesia. E Portanto, obviamente que nós já estamos habituados a viver desta forma e portanto, não temos medo nenhum das consequências ou deixar de haver consequências. Acho que, não é esse o ponto que aqui estamos a discutir, não tem a ver com consequências. Discutimos e votamos um documento geral do Concelho e não com nomes para a freguesia A ou B. E portanto muitas vezes também vêm aqui Deputados da Bancada do PSD referir, quais é que são as pessoas, para nós indicarmos, para serem, nomeadamente no caso da Gedaz, referidas ou não. Não é esse o caso que está em causa. Aquilo que nós aqui discutimos é um documento global do Concelho (ponto final). E nesse documento insere-se a votação e nada mais. Eu acho que também não vale a pena grandes explicações a esse nível, porque isso não foi trazido cá pelos Presidentes de Junta do Partido Socialista, porque não era esse o ponto que estávamos aqui a discutir. Aproveitando a minha presença aqui endereço as minhas felicitações à intervenção do meu amigo Carlos Silva, que de facto subscrevo palavra por palavra, que é uma intervenção muito interessante. E acho que, dessa forma, no último mandato também cheguei a tocar nesse tema. Portanto, parabéns ao Carlos, pela intervenção que fez. Muito obrigado. ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Queria e vou procurar responder. Foram muitas as questões colocadas, algumas questões técnicas. Dar-lhes nota nomeadamente, até na sequência da intervenção dos Senhores Presidentes de Junta, dizer que, acho que o Senhor Presidente de Junta da União das Freguesias de Oliveira de Azeméis/Macinhata da Seixa/Madail/UL e Santiago de Riba-UL fez aqui uma excelente intervenção. Como eu já tive a oportunidade de dar os parabéns ao Senhor Presidente da Junta de Loureiro, no mandato anterior, quando ele, também, fazia intervenções que eu me revia e que, naturalmente, subscrevo integralmente. Infelizmente hoje, não posso estar de acordo com ele, por razões que são

objetivas e por razões políticas naturalmente. E até me surpreende, Senhor Presidente da Junta de Loureiro, o Senhor já veio aqui duas vezes procurar dar resposta ou explicações. Mas, deixe-me dizer-lhe o seguinte: Quando nós estamos a votar o Orçamento ou estamos a discutir o Orçamento, nós estamos a aprovar os instrumentos que permitem fazer as transferências para as freguesias. Se, nós, não tivermos Orçamentos não podemos transferir para as freguesias; Quando nós estamos a aprovar o Mapa de Pessoal, estamos a aprovar genericamente como o Senhor Presidente disse e bem - o Mapa de Pessoal. O Mapa do Pessoal do Município. Se nós não tivermos o Mapa de Pessoal, não temos instrumento de gestão do Pessoal, certo? Portanto era só isto que eu queria que ficasse claro. Ninguém aqui votou, a descentralização para as freguesias, a transferência de dez (10) funcionários para Loureiro, de quinze (15) para S. Roque ou de três (3) para Ossela, ninguém aqui votou isso. Votamos o Mapa de Pessoal da Câmara (ponto final, paragrafo). E, os novos recrutamentos, os trinta e sete (37) novos recrutamentos e os possíveis nove (9) que o Dr. Carlos Afonso também relançou (ponto final). Foi isso só que foi feito. Naturalmente, que podemos, todos nós sem exceção, aliás, é natural que isso aconteça, fazer leituras políticas das votações. É uma coisa que nos assiste a todos nós. Concordemos ou não. Há o instrumento de declaração de voto; Há a abstenção; Há o voto contra e há o voto a favor - As regras da democracia são estas. E portanto, ninguém tem que se zangar, porque o Presidente da Câmara disse isto ou disse aquilo. Porque o Presidente da Câmara também ouve e bem, os Presidente de Junta e portanto isto é um processo democrático. Agora, dizer o seguinte: O Orçamento, respondendo ao Senhor Amaro Simões, Senhor Presidente da Junta de S. Roque que também me fez perguntas: O Orçamento hoje, Senhor Presidente da Junta da Freguesia de S. Roque, é muito diferente daquele que o Senhor fazia há dez (10), doze (12), catorze (14), dezasseis (16) anos. O orçamento hoje é uma peça entre outras peças. Só lhe vou dar um exemplo, podia dar-lhe cinco ou seis, mas vou dar-lhe um, que é a Lei dos Compromissos. Há coisas que não se podem tecnicamente mas, não é o Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis, são todos os Presidentes de Câmara dos 308 Municípios que têm estas novas dificuldades e novos constrangimentos em fazer Orçamentos, por estas razões, por imposições de ordem legal, pelo princípio da legalidade. E, quando o Senhor Presidente da Junta de S. Roque diz: “- Eu não percebo; - Eu não entendo; - Eu não me revejo nesta forma de participar”. Ouça, estamos a discutir metodologia, todos nós temos a nossa e o Senhor seguramente tem a sua para construir o seu Orçamento em S. Roque. Tem que perceber que a Câmara Municipal também tem a sua. Eu tenho aqui todas as sugestões que o Senhor Presidente da Junta de S. Roque me enviou. Orçamento participativo. Todos os Presidentes de Junta enviaram um documento com as principais prioridades. Eu tive o cuidado de pedir ao Dr. Carlos Maia, que é quem do ponto de vista operacional na Câmara Municipal tem a responsabilidade de alocar as sugestões, tendo em conta os limites orçamentais, de esclarecer os Senhores Presidentes de Junta que tivessem dúvidas. Eu sei que o Senhor Amaro foi esclarecido, mas não ficou convencido. Mas, do ponto de vista técnico, Senhor Amaro, há uma coisa que eu lhe quero garantir, as suas sugestões foram tecnicamente trabalhadas e

politicamente aceites Senhor Amaro e o Senhor sabe perfeitamente disso. E peço-lhe imensa desculpa, de me estar a referir a si, mas eu também tenho o direito de ficar sentido com algumas coisas. E o Senhor Amaro sabe que, a requalificação da Zona Envolvente ao Cemitério de Bustelo, foi feita; E o Senhor sabe que, a Ponte do Silvar, era um sonho do Senhor de vinte anos, também foi feita e se calhar o Senhor sabe que nem estava no Orçamento e que depois foi feita. Porque nós em diálogo, construtivo, participativo, envolvente, conseguimos encontrar as verbas para realizar essas obras. Isto é válido para o Senhor Amaro, como é válido para qualquer um dos Presidente de Junta. Porque eu fico, sinceramente, triste quando as pessoas tentam e o Rui Luzes Cabral usou duas (2) vezes a palavra - o Senhor Presidente indiciou, e nós não temos medo -. Senhor Presidente, não tem que ter medo, nem coisa nenhuma, era o que mais faltava. Mas medo de quê? Mas o Presidente da Câmara, ou a Câmara, faz mal a alguém? Ou o Senhor acha que: De eu ter transferido para a Junta de Freguesia de Loureiro, nos últimos quatro (4) anos, quatrocentos e sessenta e dois mil euros (462.000,00€); De eu ter transferido para S. Roque quatrocentos e noventa mil euros (490.000,00€); De eu ter transferido para o Pinheiro da Bemposta trezentos e vinte e nove mil euros (329.000,00€), estas foram as transferências de 2010, 2011, 2012 e 2013. Estamos a falar de Administração Direta, Transferências e Contratos-programa. Nós estamos a falar, com todas as Juntas de Freguesia, com as dezanove (19) do Município de Oliveira de Azeméis, nos últimos quatro (4) anos, estamos a falar de perto de quinze milhões de euros (15.000.000,00€) de transferências para as Juntas de Freguesia. E eu tenho orgulho nisso, tenham lá paciência. E eu estou sempre aqui a ser atacado com: - as Juntas, - as Juntas, - as Juntas. Estão aqui as contas feitas: rua a rua; obra a obra; Junta a Junta. E também tenho aqui notícias - “o Presidente do Município de Vieira do Minho elimina transferência para as Juntas de Freguesia” -, eu discordo completamente disto. Mas é uma opção que está em cima da mesa. E que muitos Municípios, e eu aí digo: - má gestão, optam. É uma solução política. Eu defendo o contrário. Agora, os números são números: Em S. Roque: Em 2010, foram transferidos cem mil euros, cento e dois e trezentos e noventa e quatro (102.394); Em 2011, oitenta mil oitocentos e quarenta e nove (80.849); Em 2012, oitenta mil e cem euros e cinquenta e oito cêntimos (80.100,58€); Em 2013, cento e vinte e seis mil e trezentos e sessenta e três euros (126.363,00€); Nestes quatro (4) anos, cem mil e seiscentos e quarenta e quatro euros e noventa e quatro cêntimos (100.644,94€) de obras por administração direta - dá quatrocentos e noventa mil euros (490.000,00€) – transferências para a Junta de Freguesia de S. Roque. Eu posso dizer aqui todas as Juntas. Não há, aqui, dúvida nenhuma, relativamente ao respeito que temos pelas Juntas de Freguesia. Eu defendo isso, mas, de forma convicta. E fico triste, deixem-me dizer-vos, também tenho o direito, quando vejo os Senhores Presidentes de Junta muitas vezes a querer tirar esforço político desta matéria quando não existe. Os Presidente de Junta para mim são todos iguais. E são todos bons. Ainda bem. É bom para o Município. Não há discriminação, nem positiva, nem negativa. A Junta de Freguesia que teve menos transferências, das dezanove (19), nos últimos quatro anos, foi Macieira de Sarnes. Está ali o André Ribeiro, é do PSD. Então, ele é pior Presidente de Junta que os Senhores? Agora,

tem a ver com, as condições objetivas do exercício da política, aquilo que era preciso fazer. E não se escolhe a cor dos Presidentes. Por amor de deus, de uma vez por todas, metam isso na cabeça. E isso também vai ser assim, relativamente à questão dos funcionários. Também vai ser assim, vai toda a gente saber quem é que está na Junta X, na Junta Y e na Junta Z. E vamos procurar alocar o maior número de funcionários possíveis e já vos expliquei e estou à espera do processo de concessão da Indaqua para saber o número de funcionários que não vão para a Indaqua e são operacionais competentes e que ficam disponíveis e é bom manda-los logo para as freguesias do que coloca-los noutra sítio porque ambienta-se e depois é mais difícil. Estamos á espera disso. Isso é um trabalho que vai ser feito em parceria, em conjunto com todos os Senhores Presidentes de Junta. Não é preciso votar contra ou votar a favor. Não é por votar contra Senhor Presidente- Rui Luzes Cabral, o Senhor sabe perfeitamente que não é por votar contra ou por votar a favor que se faz isto ou se deixa de fazer aquilo, não é verdade, o Senhor sabe disso. O Senhor e todos os outros sabem disso. Isso não é verdade. Portanto, não levem as coisas para aí. Agora, compreendam que, muitas vezes, nós também temos o direito de poder expressar a nossa opinião. Paciência. Não foi com nenhuma intenção. Senhor Armindo, quem sou eu para lhe dar uma reprimenda, como o Senhor disse, era o que mais faltava. O Presidente da Câmara, não dá reprimendas, aos Presidentes de Junta. Os Presidentes de Junta são fundamentais no exercício das nossas funções autárquicas. Aqui não se trata de dar reprimendas. O Senhor às vezes também está mais chateado e também diz uma coisa mais chateada e eu digo-lhe a si. Agora, ninguém está aqui a passar reprimenda nenhuma. Eu tive que fazer um comentário relativamente a uma opção política (ponto final, parágrafo). E nem quero voltar a essa situação. Há aqui uma questão relevante que o Eng.º Pinto Moreira colocou e que eu tomei boa nota, que tem a ver com alocação de verbas específicas para prevenção florestal. Há verbas inscritas nessa matéria. Podem não ser relevantes ou podem não estar com essa denominação. Mas nós temos, através de um departamento que tem, a Eng^a Susana Jorge, essa responsabilidade e tem esse trabalho. Mas naturalmente que registo com agrado. E acho que é importante, nós podermos incluir, até de forma objetiva, desde que se consagre no princípio da legalidade e nas questões que se encaixem depois do ponto de vista orçamental. Mas, até se calhar, durante o mandato, havendo folga orçamental há condições para poder ter atenção, fica aqui o meu compromisso assumido publicamente, relativamente a essa matéria, porque acho que é uma matéria muito relevante, tendo em conta até a nossa expressão florestal, nós temos muita floresta no nosso Município, perto de 70% do nosso território é floresta. E portanto, faz todo o sentido essa sua achega e agradeço, muito obrigado pela questão que nos colocou. Quanto á questão que o Senhor Deputado José Ribeiro falou concretamente. Eu só estou a referir-me as questões mesmo concretas. Falou na questão da Feira dos Onze, da Via do Nordeste, na requalificação da Estrada Nacional Nº1. Ouça, a Feira dos Onze, eu já expliquei á bocadinho, tendo em conta a preparação do Orçamento em conjugação com outras questões, com a entrada de novas receitas, com a questão da Lei do Orçamento e da Lei dos Compromissos nós temos hoje uma dificuldade em fazer, deixem-me dizer-vos, o Orçamento à

moda antiga. E portanto, eu quero-lhe dizer que, a Feira dos Onze, vai ser feita, em 2014. E já devia estar feita. Porque havia um compromisso de a fazer. Só que o problema é que a vontade de fazer é muita. Mas se não houver forma de pagar e de a encaixar do ponto de vista legal. Você tem visto, o Senhor Deputado José Ribeiro tem visto que há um conjunto de Municípios, já vai em setenta (70), se a memória não me atraiçoa, que violam a Lei dos Compromissos. Eu também não sei o que é que lhes aconteceu, sinceramente. Mas violam. E aparece lá a lista da DGAL – Violaram a Lei dos Compromissos. Naquele dia é um dia negro para aquele Município, porque a oposição de lá, seja PS do PSD ou de quem for vai matraquilhar a cabeça do Presidente da Câmara a dizer: - Você não cumpre a Lei dos Compromissos. Aqui era igual. Se eu tivesse feito a Feira dos Onze, ou se nós tivéssemos avançado com o projeto da Feira dos Onze estávamos a violar da Lei dos Compromissos e não tínhamos capacidade de a fazer. É a resposta objetiva. Está inscrita em sede Orçamental, mas vai ser feita. Logo que exista capacidade orçamental essa obra vai ser feita, como vão ser feitas muitas outras que os Senhores Presidentes de Junta sabem que estão inscritas no PPI, até algumas com valores mais para a frente, mas que vão ser feitas em 2014, foi assim o ano passado, foi assim há dois anos. E é num exercício de partilha de responsabilidades com as Juntas de Freguesia que nós temos, felizmente, felizmente, feito muita coisa em cada uma das dezanove (19) freguesias. Depois houve aqui um conjunto de questões muito técnicas, que tem a ver com a colocação das verbas em diversas rúbricas e não naquelas que podiam ter as expectativas que aí estivessem. Quanto a outras questões relacionadas com a gestão. Nós estamos a aprovar o Orçamento para 2014 não estamos a discutir as contas para 2013, aí teremos aqui também uma acesa discussão, seguramente, sobre essa matéria, como tem que ser, porque a Assembleia Municipal é para fiscalizar as contas do Município. E aqui estamos a discutir o Orçamento, o documento previsional para 2014. Mas, quando me falam de gestão, eu acho que também é indesmentível, os números são os números, a dívida tem reduzido todos os anos, o prazo médio de pagamento a fornecedores tem reduzido. E portanto, se falamos de gestão: Eu para mim, não há boa nem má gestão, há gestão. E portanto o que estamos a falar é, de gestão. E de gestão que tem vindo a reduzir a dívida do Município, indesmentível, e que tem vindo a reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores. E que, tem procurado, naturalmente, investir de acordo com as oportunidades que o Quando comunitário de Apoio nos oferece, isso aí, também temos ido a todas. Temos uma ou duas candidaturas que ainda não tiveram resposta, mas não desistimos. Porquê? Porque está a ser feita mais uma Operação Limpeza 2013/2014 e, como sabem, a execução do QREN vai até 2015. E portanto, para vos dizer que, cá estaremos também atentos a essas novas oportunidades. Quanto as questões que foram deixadas de reflexão pelo Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias - Carlos Silva, estou totalmente de acordo com aquilo que ele aqui coloca. Há realmente situações complexas, que tem a ver com esta nova realidade territorial e que deve merecer de todos nós uma reflexão profunda. Reparem, ele deu um exemplo: Uma coisa é depois nós teorizarmos e falarmos de vago; Outra coisa é ir ao concreto. A União das Freguesias presidida pelo Carlos Silva tem cinco cemitérios, gere quatro.

Então, porque é que não há-de gerir cinco? Qual é o problema? Qual é o problema de gerir o quinto cemitério? Porque é que tem competências para gerir quatro e não tem competência para gerir o outro? Vou dar um outro exemplo, que é outra questão que não está devidamente tipificada e ninguém me sabe responder dentro desta sala: A União das Freguesias liderada pelo Carlos Silva pertence à ADRITEM ou não pertence à ADRITEM? Tem território dividido: Santiago de Riba-Ul, não pertence à ADRITEM; Ul, já pertence; Madail, não pertence. Estão a ver? São questões concretas, nós temos de ser capazes de resolver. Estou a dizer do Carlos Silva e podia dizer se calhar de outras freguesias. São exemplos concretos e questões concretas que nós temos que encontrar soluções. E não é andarmos a atacar-nos uns aos outros que vamos encontrar soluções. Porque estas soluções são positivas, para todos, para o nosso território do ponto de vista da sua globalidade e é nesse espírito que sabem que podem contar com a Câmara Municipal e contar comigo. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito o seguinte: =====

===== Pede a palavra outra vez? Eu vou-lhe só recordar o que é que Regimento diz em relação a isto: “ 1- Para a discussão de cada ponto da “Ordem do Dia” há um período inicial de 15 minutos, não podendo qualquer membro da Assembleia exceder 5 minutos de intervenção. 2 – Após a utilização do período referido no número 1, se a discussão não tiver terminado, haverá um segundo período de intervenções, de 10 minutos, que será distribuído nos termos do número um do artigo anterior. 3 – A apresentação verbal de cada proposta pelo membro da Assembleia proponente ou pelo executivo camarário, dever-se-á limitar à indicação sucinta do seu objeto e fins que visa prosseguir, e não exceder o total de 5 minutos. 4 – O Presidente da Câmara Municipal dispõe de 10 minutos para apresentar a informação constante da alínea e) do n.º 1 do artigo 3º deste regimento.” Todos estes tempos foram excedidos em muito. Por uma questão de não querer e não ser meu hábito cortar a palavra a quem quer que seja, o Deputado Bruno Aragão tem, no máximo, cinco minutos para falar sobre aquilo que entender. Agora, o que eu penso é que devem, quando se dirigirem para usar da palavra, não estarem à espera da palavra do Senhor Presidente que vai encerrar, a não ser que haja perguntas que foram feitas e que por algum motivo ele não tenha respondido, para depois entrarmos neste jogo. E não o disse no princípio mas, esta Assembleia Municipal Extraordinária foi marcada para as 16 horas, porque existem hoje Assembleias de Freguesia no nosso concelho marcadas para as 19 horas. E penso eu, seguindo as Normas Regimentais, que todo o tempo que tínhamos seria um tempo que dava à vontade para discutirmos, com alguma profundidade, estes pontos da Ordem de Trabalhos. Portanto, se faz favor. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Agradeço-lhe a oportunidade e aproveito para dizer que, acho que seria simpático e acho que toda a gente estará de acordo, até a propósito da tal discussão sobre os princípios democráticos que fizemos na última Assembleia,

que o Regimento possa contemplar de forma inequívoca que questão absolutamente estruturantes para o Município, como são o Orçamento, a discussão das Contas que fazemos na Assembleia de abril, possam naturalmente ter um outro período que não tem, de facto é verdade. Porque, penso que ninguém compreenderá, que nós tenhamos 15 minutos para discutir uma postura de trânsito e 15 minutos para discutir um Orçamento, Grandes opções para o Plano e depois em abril para ver as Contas, nesse sentido agradeço, naturalmente, a sua boa vontade. De facto, as duas questões concretas que eu coloquei ao Senhor Presidente da Câmara, e imagino que no meio de tantas questões lhe tenha passado, acho que não foi dificuldade em responder, não foram respondidas. Pelo menos, uma delas, eu recordava: Senhor Presidente, queira mostrar-nos quais são os novos objetivos traçados e onde estão materializados os grandes projetos infraestruturais? Porque, convenhamos e temos de ser sinceros, a que indicadores económicos é que se referem? À diminuição da dívida? Qual dívida? A que era de vinte e seis milhões (26.000.000), quando o Dr. António Rosa entrou para a vereação e que era de cinquenta milhões (50.000.000) quando saiu? A dívida que devia estar em trinta e quatro milhões (34.000.000) no final de 2013 e que está em trinta nove milhões (39.000.000)? A dívida que tinha juros, na altura do Plano de Saneamento Financeiro, previstos de dezasseis milhões (16.000.000) e que, agora, felizmente para o concelho de Oliveira de Azeméis, andarà pelos doze milhões (12.000.000), tendo em conta as taxas de juros históricas? É dessa dívida que estamos a falar? Doze milhões de euros (12.000.000,00€), sabem quantas Piscinas Municipais, quantos Pavilhões, quantas Praças da Cidade, quantas Ludotecas davam para fazer? É este o indicador económico que estamos a falar? Prazo médio de pagamentos. Qual prazo médio de pagamentos? Aquele que nos comprometemos quando tivemos um Plano de Saneamento Financeiro que nunca cumprimos? Aquele que nos fez pedir outro empréstimo que foi o PAEL? É desse prazo médio de pagamentos que estamos a falar? E que indicadores de taxa de empregabilidade? Qual taxa de empregabilidade? Aquela que todo o distrito de Aveiro que sempre foi um distrito fortemente exportador, sente, que não é a característica de Oliveira de Azeméis, que tem a ver com a dinâmica empresarial do concelho, felizmente do concelho de Oliveira de Azeméis, uma dinâmica empresarial que nós nunca acompanhamos como basta ver pelo atraso que tivemos na Área Empresarial Ul/loureiro. Quantas empresas é que nós já não perdemos, nestes anos, por não termos infraestruturado devidamente as nossas Zonas Industriais? Quantas? Posso-lhe dar o exemplo de algumas: Sopais; Natigam; Joluce; Sinuta; Damasovo; Coficla; Aníbal & Irmão e estou a citar algumas e posso-lhe dizer mais, posso-lhe dizer quantos grandes investimentos foram para outros concelhos, nestes últimos anos, é que nós não conseguimos captar, a Grohe, a Bimbo posso-lhe dar outros exemplos. Os investimentos que agora chegam são bons? São. São bem-vindos? São, sim senhor. Nunca ninguém disse o contrário. Agora, não se apresente isto como o melhor que foi possível. Porque não foi. Porque a gestão que até agora conseguimos teve consequências, drásticas, muito drásticas. E portanto há que ter cuidado, quando dizemos determinas coisas, quando dizemos por exemplo que os Senhores Presidentes de Juntas têm que ser consequentes na votação. No Mapa de Pessoal, no

item - Equipas Operativas para as Freguesias, não consta qualquer previsão do aumento de pessoal. Eu devo supor, então, que os Presidentes de Junta que votaram favoravelmente não querem mais pessoal para as suas freguesias? É esta a consequência que os Senhores estão a falar? É este o tipo de indicadores que querem mostrar? Senhor Presidente, mais uma vez, lhe peço, se conseguir, de forma clara, quais são os novos objetivos traçados no início do mandato e onde estão materializados os grandes projetos infraestruturais? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado José Campos, do PSD.=====

===== Senhor Presidente é só porque o Senhor Deputado Bruno Aragão citou aqui o exemplo dos municípios do distrito de Aveiro. E por um lado ainda bem que o fez, porque também é possível deste modo desmontarmos uma certa postura do Partido Socialista de Oliveira de Azeméis. é que, se quisermos ir pela questão dos Municípios de Aveiro, penso que aí estaremos todos de acordo não podemos sequer comparar a situação financeira de Oliveira de Azeméis com a situação financeira do Município de Aveiro mesmo. E no Município de Aveiro, curioso, o Partido Socialista vai-se abster na votação do Orçamento e aqui vai votar contra. ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito rapidamente, para que o Senhor deputado Bruno Aragão não fique sem resposta. Quando o Senhor Deputado Bruno Aragão pergunta, onde é que estão os grandes investimentos estratégicos do Município de Oliveira de Azeméis. Eu tenho que lhe responder, que eles foram sufragados no dia 29 de setembro pela grande maioria dos Oliveirenses e são públicos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dois à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar os Documentos previsionais - Orçamento e Grandes Opções do Plano/ 2014, bem como os compromissos plurianuais constantes das Grandes Opções do Plano 2014, com a seguinte votação: - Votos a favor: dezassete do PSD, três do CDS/PP e um do Presidente da Junta de freguesia de Cesar (Independente); - Votos contra: doze do PS; - Abstenções: seis - dos Presidentes de Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara, Loureiro, S. Roque, Cucujães, União das Freguesias de Pinheiro da Bemposta/ Palmaz/ Travanca e União das Freguesias de Nogueira do Cravo/ Pindelo. =====

*===== **Ponto três:** Autorização de contratação de empréstimo de curto prazo para o ano económico 2014; =====*

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando a ata de abertura e o relatório da Comissão de Análise, em anexo, propõe-se: 1. Aprovação da ata de abertura e relatório de análise; 2. A Adjudicação ao SantanderTotta, por ser a proposta que apresenta as condições mais vantajosas; 3. A dispensa de Audiência prévia, nos termos de artigo 103º n.º 1 alíneas a) e b) do Código do Procedimento Administrativo, dada a urgência para aprovação / autorização na Assembleia Municipal de dezembro 2013 e considerando não haver matéria que suscite dúvidas na vantagem da proposta mais favorável. Remeta-se à Assembleia Municipal para as devidas autorizações nos termos da Lei das Autarquias Locais.”*

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *É uma prática, como sabem, a Assembleia Municipal também já deu autorização para a realização deste empréstimo de curto prazo e agora temos de ratificar e autorizar para o ano de 2014. Como sabe, esta é uma possibilidade que a Lei nos confere, de contratualizarmos este empréstimo que tem de ser naturalmente devolvido, ou pago, durante o ano económico. E portanto é aquilo que estamos aqui a fazer para 2014.* =====

=====
 ===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Jorge Paiva – Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva - Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

=====
 ===== *Boa noite, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, caros colegas, público aqui presente. Propositadamente, eu não me inscrevi no ponto anterior e aproveitava este ponto para tentar saber, por parte do Senhor Presidente da Câmara, se, a Via do Nordeste que há tantos anos é falada, pelo menos desde 1998 quando ela foi desenhada num guardanapo, em que cerca de 60% dos terrenos já são propriedade da Câmara Municipal, pese embora ela esteja integrada no PPI, mas, se a perspectiva de ela ir para a frente, este mandato, que eu penso que vai e da parte do Presidente da Junta de Freguesia de Fajões estaremos à disposição da Câmara para ajudar a desbravar algum terreno falando com as pessoas se for necessário, para que o martírio que nós passamos em Fajões seja de uma vez por todas delineado. Isto é um empréstimo. É evidente que um empréstimo de curto prazo não se destina a esta matéria de aquisição de terrenos. Mas, contrariamente aquilo que era usual no passado o médio e longo prazo e mesmo curto prazo, penso que a Câmara optou bem em optar pelas contas correntes caucionadas e com uma condição que verifiquei que é: a isenção da comissão de imobilização. Ou seja, penso que a Câmara só utilizará este empréstimo em caso de extrema*

necessidade e não pagará pelo valor não utilizado. Por essa razão o CDS/PP vai votar favoravelmente. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado. Só para dar nota que, o processo teve vários concorrentes e a opção caiu sobre o Santander, conforme disse o Senhor Deputado Jorge Paiva, eram as melhores condições e portanto foi por aí que o júri decidiu fazer a adjudicação. Para que não subsistam dúvidas, relativamente á questão concreta que o Senhor Deputado Jorge Paiva – Presidente da Junta de Fajões colocou, naturalmente que, o compromisso da conclusão da Via do Nordeste é para este mandato. Isso não há dúvida nenhuma, por isso é que consta das Grandes Opções do Plano. E ainda recentemente se fez uma via em Fajões. Aquela ligação ao Centro Social Dr^a Leonilda Aurora da Silva Matos, já está feita, já está pronta. E portanto fazemos de acordo com as nossas capacidades financeiras, isso é que é uma verdade. Agora, fazer para depois gerar dívida, como o Senhor Amaro aqui disse na intervenção dele, isso não queremos fazer. Fazemos quando temos condições para fazer. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação de empréstimo de curto prazo para o ano económico 2014.* =====

===== **Ponto quatro:** *Contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Real Clube Nogueirense – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto; - Que o desenvolvimento de atividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - As competências das autarquias no apoio aos projetos de formação e divulgação das práticas desportivas junto da população como fator de motivação da prática de exercício físico, e aumento de interesse pelo desporto; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Que nos termos do n.º 3 do art.º 46º (Apoios Financeiros) da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro: ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;” correspondendo ao compromisso de fundo disponível n.º 4695/2013, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de*

Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. Propõe-se: 1- A aprovação da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com O Real Club Nogueirense; 2- Que se remeta à Assembleia Municipal.”=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Este contrato tem a ver com as obras de requalificação que estão a ser feitas no Real Club Nogueirense nomeadamente, no campo de futebol. São as obras de requalificação dos balneários, houve também, a requalificação do piso, o colocar de materiais no piso e nos balneários. Há ali um grande investimento por parte do clube e a há o compromisso da Câmara Municipal, a exemplo de outros clubes, de podermos participar. E é isso que aqui trazemos, que este Contrato-programa Desenvolvimento desportivo a celebrar com o Real Club Nogueirense tem a participação, para esta fase da obra, de quarenta e sete mil e quinhentos euros (47.500,00€).* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do Contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Real Clube Nogueirense.* =====

==== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Leonel Martins e Ramiro Rosa.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor ao Senhor Professor Leonel Martins, residente na freguesia de Oliveira de Azeméis.* =====

===== *Boa tarde, a todos os presentes. Eu começava, antes que me esqueça, de desejar, a todos, um Bom Ano 2014. Como o tema hoje é o Orçamento, para o próximo ano. Eu não tive acesso ao Orçamento, não sei quais são os itens que incluiu. Eu trazia apenas uma área que sempre suscitou muito interesse e que eu sempre lutei, que é a questão do Parque da La-Salette. Nós, em Azeméis, ao contrário de muitos Municípios, não dispomos do chamado Parque Urbano. É lógico que é uma obra que envolve muitos investimentos, não só na sua construção como também depois na sua manutenção. No entanto nós dispomos de um parque, que é o Parque da La-Salette, que substitui perfeitamente um parque urbano. Aliás, não se justificaria.*

Nós temos espaços onde seria possível construir um Parque Urbano, como é o caso em frente à casa da Santa Casa Misericórdia que tem ali uma zona plana que dava perfeitamente para construir um Parque Urbano. Inclusive, o PS, aquando da campanha eleitoral avançou também com uma zona onde seria viável a construção de um Parque Urbano. Eu considero que, neste momento, seria uma grande estupidez avançarmos para um Parque Urbano, porquanto estão-se a fazer grandes investimentos no Parque da La-Salette e não se justificaria nós termos um Parque Urbano que trouxesse como alternativa o Parque da La-Salette. O que é fundamental realmente é: fazer um bom investimento no Parque. Está acontecer. E agora vem a parte que me toca, que é: Aproximar o Parque de La-Salette de Oliveira de Azeméis. Não interesse estar a gastar muito dinheiro no parque se depois os Oliveirenses não usufruem desse mesmo Parque. De certa maneira, já foi minimizada essa questão de acessibilidade ao parque, através da construção do passeio, na zona do Calvário, que dá o mínimo de segurança aos transeuntes. No entanto, eu sempre defendi e por isso não sei se fará parte ou não do Orçamento, eu sempre defendi e continuo a defender a construção de um outro acesso que dê a sensação de proximidade do Parque à Zona Urbana, propriamente dita. Que passaria eventualmente, como eu já avancei, pela construção de uma via, de uma ponte, que passa-se sobre a Variante e que tinha como ponto de partida o campo do Oliveirense e iria dar ao outro lado e funcionava como zona pedonal e zona ciclovía. Eu não sei se esse projeto está, previsto ou não pela Câmara, associado às obras do Parque? Mas, eu acho que é fundamental pensarem neste assunto, porque não vasta fazer o investimento. Porque o que vai acontecer é que, gastam-se lá milhões e depois os Oliveirenses não usufruem desse mesmo espaço. Porque a zona do Calvário, apesar do passeio, continua a ser uma zona que é perigosa. A zona de Cidacos tem um inconveniente que é a subida que depois desmotiva as pessoas. Eu acho que devem pensar numa outra alternativa de melhor acessibilidade ao Parque de La-Salette. E já que falamos, se me permitem, a zona do Calvário, eu recordo que, no ano passado, no verão, foi levantada a hipótese de, se fazer uma ligação, continuar-se com o passeio para a zona acima do corte para o Parque de La-Salette. Foi feito o passeio do lado direito, na zona do Calvário, do lado esquerdo foi feito parcialmente, já, mas, depois chega a uma parte do lado esquerdo acima do corte para o Parque da La-Salette (zona do antigo Centro Vidreiro) ali atrofia e não há ali passeio. Do lado esquerdo e o Zito não me deixa mentir, do lado esquerdo, avançou-se com a hipótese de se continuar com o passeio. Inclusive, eu falei com os proprietários de uma das casas que se disponibilizara a oferecer o terreno para a construção do passeio desde que, lhe construíssem o muro e deitassem o portão. O único problema estava no terreno a seguir, que parece que eram de pessoas menos acessíveis. Já passou um tempeço e o perigo mantém-se naquela zona. Eu acho que também seria de pensar em continuar com o passeio do lado esquerdo. Já que temos no Orçamento Senhor Presidente esperemos que haja agora dinheiro para arranjar a entrada junto à Câmara Municipal. Aquelas lajes do chão estão um perigo. O senhor Presidente sabe que já foi uma pessoa levada para o hospital, uma senhora que caiu ali. É lógico que, gastar dinheiro por gastar não vale a pena, ou seja, reparar para amanhã estar outra vez estragado não vale a

pena. É preciso questionar, porque é que aquilo se estraga. Aquilo estraga-se porquê? Porque estacionam lá automóveis, passam lá automóveis para descarga outras vezes para passeio, portanto os Senhores têm de questionar realmente qual será a melhor solução para evitar ali trânsito de veículos. Eu dava uma sugestão, que seria: Se calhar os pilares que estão lá em cima, do lado da Igreja, aqueles dois pilares, serem retirados e o trânsito em vez de se verificar cargas e descargas de sul para norte, efetuar-se norte para sul e depois desceriam na mesma junto à Tipografia. Evitar-se-ia tanto trânsito. Porque, realmente recolocar as pedras para amanhã estar outra vez estragadas, não será solução. Um pequeno aparte: Fiquei ao princípio bastante receoso, porque mencionaram aqui que o Parque da Feira dos Onze não ia para a frente. Mas, pelos vistos vai. Vai, não vai? =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor ao Senhor Ramiro Rosa, residente na freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

===== Muito boa noite. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas há noventa dias eu ainda era colega de vós, hoje sou colega na mesma mas em outra função. E tenho um prazer terrível de estar com a equipa que estou, digo-vos sinceramente e do coração. Chego de lá agora mesmo, e tive a felicidade chegar e o Senhor Dr. ainda me dar a palavra e isto para dizer o quê? Que eu não queria quantificar aqui o quanto estou disponível na Junta. Estou disponível, aquilo que os Oliveirenses entenderem que eu estou. Mas estou certamente umas centenas por cento acima da minha possibilidade. Depois de tudo o que eu passei na minha vida, é uma felicidade poder servir os Oliveirenses e servi-los de uma forma sem qualquer tipo de: É debaixo de chuva; Debaixo do que quer que seja. Meus amigos, peço desculpa pela minha intervenção foi repentina, tive a felicidade de chegar mesmo em cima da hora e, queria desejar a todos vós um Santo Ano, o Natal já lá foi, mas umas boas entradas a todos e o meu muito obrigado. Muito obrigado, mais uma vez, para todos, um Santo Ano 2014. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Posto isto, queria em nome da Mesa da Assembleia desejar um Bom Ano, sem excepção, a todos. E para ver se daqui a um ano estaremos aqui mais bem-dispostos e com a nossa cidade mais ao nosso gosto. E como hoje, também é uma data que todos ou grande parte das pessoas sabem, faz anos o Presidente do Executivo. Eu pedia que me acompanhassem no Parabéns a Você. Obrigado. =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram dezanove horas e quinze minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa.* =====